

COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO DIRETOR

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2009 (DCM de 06/10/09)

Presidência dos Srs. Vereadores Aspásia Camargo e Roberto Monteiro, Presidente e Relator da Comissão, respectivamente.

Às dez horas e vinte e oito minutos, no Plenário Teotônio Vilela, tem início a Audiência Pública da Comissão Especial do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, sob a Presidência da Sra. Vereadora Aspásia Camargo, Presidente da Comissão, “PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 25/2009 E O PROJETO DE LEI Nº 260/2009”.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Senhoras e senhores, bom dia.

Nos termos do Precedente Regimental nº 43/2007, item 1 e subitens 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4, dou por aberta a Audiência da Comissão Especial do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, de que trata o Art. 346 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, com o tema “Projetos de Revitalização da Zona Portuária”.

Serão debatidos, em especial, o Projeto de Lei Complementar nº 25/2009, que “Modifica o Plano Diretor, autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio e dá outras providências”, e o Projeto de Lei nº 260/2009, que “Concede isenção de impostos municipais para os imóveis relativos à Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio”, na forma que menciona.

A realização desta Audiência Pública visa atender ao disposto no § 4º do Art. 40 do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001), que determina a realização de processo participativo na elaboração do Plano Diretor e na tramitação de projetos que promovam sua alteração.

A Comissão Especial do Plano Diretor é composta pelos seguintes Vereadores: Exma. Sra. Vereadora Aspásia Camargo, Presidente; Exmo. Sr. Vereador Roberto Monteiro, Relator; Exmo. Sr. Vereador Chiquinho Brazão; Exmo. Sr. Vereador Dr. Carlos Eduardo; Exmo. Sr. Vereador Renato Moura; Exma. Sra. Vereadora Lucinha; Exmo. Sr. Vereador Jorge Braz; Exmo. Sr. Vereador Jorge Pereira e Exma. Sra. Vereadora Rosa Fernandes.

A Mesa está assim constituída: Exma. Sra. Procuradora Chefe da Procuradoria de Serviços Públicos do Município do Rio de Janeiro, Patrícia Felix Tassara, representando o Exmo. Sr. Procurador-Geral do Município do Rio de Janeiro, Dr. Fernando dos Santos Dionísio; Exmo. Sr. Secretário Extraordinário de Desenvolvimento, Felipe de Faria Góes, do IPP – Instituto Pereira Passos; Exmo. Sr. Subsecretário de Patrimônio Cultural, Interven-

ção Urbana, Arquitetura e Design da Secretaria Municipal de Cultura, Washington Menezes Fajardo; Sra. Coordenadora da Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo, Alice Amaral dos Reis.

Devo, desde já, anunciar que estamos preparando uma Audiência Pública para quinta-feira que vem, às 18h30, na área portuária, em local que vamos determinar, que terá como objetivo estender a discussão para a área onde o Projeto de Lei tem a sua vigência, e que terá, certamente, como principais interessados, as pessoas que ali vivem.

Desejamos, ainda, esclarecer, no início desta Audiência Pública, que a Audiência Pública foi solicitada pela Comissão Especial do Plano Diretor, tendo em vista a importância do projeto e a sua urgência e, sobretudo, a importância de ouvir a sociedade do Rio de Janeiro a respeito de um projeto que está, rigorosamente, há 30 anos na pauta de prioridade de nossa Cidade.

Quando digo 30 anos, é exatamente isso que gostaria que fosse compreendido. As grandes cidades portuárias do mundo já resolveram seu problema, já ocuparam devidamente as suas áreas portuárias; inclusive, no Brasil, temos o exemplo do Porto de Belém, que tem, hoje, uma espetacular ocupação, que seguiu a outros de igual importância, ou de maior importância, como Puerto Madera, em Buenos Aires, o Porto de Barcelona e os das grandes cidades americanas. Enfim, é uma vocação natural os portos do mundo inteiro serem, também, área de turismo, área de ocupação de negócios, área de moradia. Enfim, um *mix* de atividades que a nossa Cidade também propôs há 30 anos, através da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Há injunções diversas, que gostaria de mencionar aqui – a primeira é que, na verdade, essa área é praticamente uma área de propriedade do Governo Federal. E não apenas do Governo Federal, mas de diversos órgãos do Governo Federal. Isso significa que, dentro da instância da União, temos um grande problema a resolver: essas diferentes entidades, que dispõem desses terrenos, e alguns com dívidas muito altas com a Prefeitura, e outros problemas normais em toda ocupação fundiária neste País. E que nos leva a constatar que esse terreno público não é apenas um terreno que pode ser utilizado para o uso de interesse do desenvolvimento da Cidade, é também um terreno que serve a uma série de interesses de tipo corporativo, que levaram o Rio de Janeiro a ser o campeão mundial de lentidão, para não dizer de paralisia, letargia, numa área central para nós, uma cidade de turismo, uma cidade de negócios portuários desde que Dom João VI aportou a esta Cidade, em 1808.

Digo isso porque temos pressa, e essa não é uma posição pessoal. Quero dizer que tudo que for ouvido será profundamente refletido. Nós temos o máximo interesse em contribuir para que esse projeto se aperfeiçoe. Este é o papel da Câmara de Vereado-

res – justamente o de aperfeiçoar os projetos que vêm do Executivo.

Mas, quero dizer, também, que tivemos uma tramitação especial desse projeto. Na verdade, é um Projeto de Lei que tem uma relação direta com o Plano Diretor que vamos aprovar, se Deus quiser, até o fim do ano. Então, é um projeto que, de certa maneira, se antecipou ao Plano Diretor. Quero esclarecer que a maioria da Comissão Especial optou por abrir mão de uma discussão mais longa, dentro da Comissão, sobre esses três projetos, e encaminhou diretamente a esse Plenário a possibilidade de aperfeiçoá-lo.

Achamos que não podíamos privar o Poder Público, especialmente a Prefeitura, neste caso, de uma liderança rápida, de negociação com o Governo Federal no que diz respeito, justamente, à Constituição dos alicerces institucionais desse projeto. Qualquer atraso iria prolongar em demasia a discussão do Plano Diretor e arrastar as discussões, as negociações com o Governo Federal para o ano que vem, um ano eleitoral. Agora mesmo acabei de ouvir uma longa e interessantíssima preleção do Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro chamando a atenção para a desgovernança deste País no que diz respeito a eleições. Como as eleições são descasadas, nós temos permanentemente uma corrida contra o tempo, não podemos trabalhar porque a cada dois anos tudo se paralisa.

É exatamente contra essa paralisia que estamos fazendo esta Audiência Pública, e quantas mais forem necessárias para esclarecer e aperfeiçoar esse projeto.

Nós, Vereadores, já estamos na terceira rodada: tivemos uma rodada com o Prefeito, uma segunda rodada com os Vereadores e o Presidente da Casa e, agora, estamos aqui com vocês para ouvi-los sobre essa questão.

A justificativa que faço é que há correntes de opinião que tendem a prolongar esses processos de Debate e negociação. Peço a todos que estão aqui e aos que não estão que encaminhem suas propostas, suas avaliações, suas sugestões de emendas ao projeto, mas, por favor, não atrasem a discussão de um projeto que é vital para esta Cidade e que está, hoje, felizmente, numa linha de convergência entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo para que tudo possa acontecer da melhor maneira possível.

Estamos, neste momento, com uma composição de Mesa importante para a discussão inicial dos projetos que estão sendo avaliados, especialmente o relator da Comissão do Plano Diretor, o Sr. Vereador Roberto Monteiro, Relator; o Sr. Vereador Renato Moura; o Sr. Vereador Jorge Braz, e estamos aguardando a Vereadora Rosa Fernandes e outros Vereadores. Queremos registrar a presença do Vereador Marcelo Piuí, do Vereador Adilson Pires, que foi líder do Governo, e do Sr. Coordenador Especial de Assuntos Legislativos, Dr. Antônio Sá.

Gostaria, também, de sugerir como instrumento, como método de trabalho a inscrição de todos os que quiserem se pronunciar, com o Sr. Jéferson. O tempo vai depender do número de inscritos – se tivermos um número de inscritos menor, os Vereadores da Comissão e os demais presentes terão, inicialmente, 10 minutos. Mas, tendemos a achar que, se for possível, realmente, falar em três minutos seria o ideal para garantir um bom trabalho até 13h.

Estão presentes os alunos de Comunicação da Facha; da Veiga de Almeida; os alunos de Arquitetura da Universidade Federal Fluminense; a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Mobiliário do Rio de Janeiro; o BNDES; a Rio Ônibus; SMH; a Prof^a. Ana Luiza, de Arquitetura da PUC; a SMU; e a Secretaria Especial de Esportes.

Representando o Poder Executivo para dar os esclarecimentos iniciais, está aqui o Sr. Procurador-Geral do Município, Dr. Fernando dos Santos Dionísio, que será representado, a partir de 12 horas, pela Sra. Patrícia Felix; e o Sr. Secretário Extraordinário de Desenvolvimento, nosso amigo, frequentador assíduo da Câmara por causa dos projetos todos que o Prefeito vem enviando para nossa apreciação, Sr. Felipe de Faria Góes; temos, ainda, o Exmo. Sr. Subsecretário de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design da Secretaria Municipal de Cultura, Washington Menezes Fajardo; Sra. Coordenadora da Coordenação Geral de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo, Alice Amaral dos Reis.

Recebemos mensagens, que serão publicadas no Diário da Câmara Municipal.

Gostaria, abrindo esta reunião, de fazer algumas ponderações, que podem ser de alguma utilidade não apenas para o Debate mas também para o Poder Executivo, que trata neste momento de fazer um aperfeiçoamento em nossos projetos.

Temos em mãos um parecer sobre o Projeto de Lei que dispõe sobre a situação consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro e algumas brevíssimas incursões sobre o projeto seguinte, o projeto que cria a companhia que irá gerir esse processo.

Tendo feito os esclarecimentos necessários sobre o papel da Comissão Especial, que abriu mão do prolongamento de discussão interna para transferir para este Plenário as discussões que irão aperfeiçoar o projeto, quero, também, enfatizar que o plano, segundo o parecer geral dos nossos especialistas... O mais rápido possível, quero dizer que o Projeto do Porto do Rio de Janeiro é um projeto importante, porque atinge uma área que está em processo de regressão do ponto de vista populacional. E em regressão, também, do ponto de vista econômico. A ideia é que o projeto irá expandir a região, passando de 20 mil para 100 mil habitantes. Portanto, irá densificar enormemente a região.

Pareceu à nossa Comissão que seria importante acrescentar alguma coisa ao projeto, em termos da definição do dinamismo

econômico que se espera para aquela área para que, justamente, se possa ter uma clareza maior e uma segurança maior sobre as possibilidades reais de ocupação. Também, caberia detalhar as diretrizes e normas de revitalização e a relação dessas estratégias com o impacto do entorno, que seria o grande Centro da Cidade. Em outras palavras, esperando que o projeto tenha completo êxito, nós nos perguntamos sobre as consequências que ele trará para as áreas que não estão incluídas no seu entorno e que estão em processo de algum dinamismo, como a Lapa, como aquela região em torno do Centro Cultural Banco do Brasil. E como seria a interação esperada para o Projeto com seu entorno.

Em outras palavras, estamos querendo saber sobre o destino do Centro da Cidade, pedindo um pouco mais de detalhamento, que poderá ser feito na Câmara, sobre as diretrizes e normas que vão gerir essa ocupação, e seus principais objetivos.

Em segundo lugar, há uma imprecisão perfeitamente contornável no que diz respeito ao Artigo 2º, que aponta a área de especial interesse urbanístico. A operação urbana é uma ferramenta, o *modus operandi* do projeto, e à área de especial interesse urbanístico é que cabe definir diretrizes e normas. Existe uma imprecisão conceitual no que diz respeito, justamente, à essa ideia de que a operação urbana é que vai ter o instrumento a ser aplicado na operação urbana consorciada. Então, é algo que não parece importante, mas a operação urbana é uma ferramenta, um *modus operandi*, uma forma de articulação entre o interesse público, o privado e o comunitário, enquanto a área de especial interesse urbanístico é uma forma de tratar distintamente uma porção da Cidade.

Sugere-se que a Câmara promova a retificação do projeto, dando ênfase ao conceito de área de especial interesse urbanístico, tratando a operação consorciada como um instrumento. É apenas um problema de redação.

Num segundo ponto mais importante, estamos tratando de cumprir as regras do Estatuto da Cidade que, em seu Artigo 33, estabelece uma série de exigências. A primeira é a definição da área a ser atingida. Quanto a isso, houve alguma dúvida porque se o projeto ora se reporta àqueles espaços centrais, que chegam ao Caju, ora se estende até São Cristóvão. Então, nos parece interessante que isso aconteça. Há propostas de revitalização para a Área de São Cristóvão, mas ali caberia, talvez, uma divisão da área e uma reformatação dessas diretrizes, em função desses diferentes pontos.

De qualquer forma, houve dúvidas quanto ao perímetro preciso em que essa operação consorciada vai ser aplicada, e os outros instrumentos do Estatuto da Cidade. Existe, também, a exigência de um programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação. Nós já recebemos uma série de informações relevantes dos autores do projeto. Vamos ter essa futura Audiência Pública no local, mas caberia,

talvez, essa precisão, numa Audiência Pública, já que é uma questão de grande interesse social para toda a Cidade.

E caberia, também – e esse é um ponto muito importante –, um estudo prévio de impacto de vizinhança, como exige o Estatuto da Cidade. Esse estudo prévio, segundo os nossos especialistas, não precisa estar contido no Projeto de Lei, pode ser um Projeto de Lei que esteja no Plano Diretor, ou um projeto em tramitação normal pela Câmara. Mas é importante que ele seja contemplado e que não se confunda com o EIA-Rima, que é, também, uma outra exigência da Legislação. Então, teremos que ter o Impacto de Vizinhança e o EIA-Rima.

Há interesse, também, quanto à questão do sistema viário – já que vai ocorrer um aumento significativo de população no local –, de saber como é que esse processo vai ser atendido com transporte de massa. E, logicamente, há a questão do ponto de vista urbanístico, a que se referem os Artigos 12 e 27, que dispõem sobre os parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo a vigorarem nesta área. Então, essa mudança é uma mudança importante, que tem uma série de impactos em regras de ocupação, e, logicamente, nos interessa discutir melhor esse ponto.

Temos, ainda, um problema a ser discutido. Houve dúvidas, ou críticas, sobre a questão da redação técnica multidisciplinar, que seria um nome inovador, uma terminologia diferente, que não está consagrada na Legislação e que, portanto, poderia sugerir alguma explicação, aqui. Na verdade, não é cabível essa redação técnica multidisciplinar como medida jurídica, legal, estabelecida. Logicamente, existe essa questão do potencial de construção adicional, na ordem de 4.089.502m² no máximo. Esse potencial geraria a emissão das Cepacs, que também teriam um valor mínimo de R\$ 400. Então, o que nós gostaríamos de saber exatamente é, imaginando o sucesso da operação, como seria essa ocupação e esse impacto, e como poderíamos acompanhar esse processo.

Também houve críticas à organização da companhia que vai gerir e comandar essa operação. Isto é, a companhia teria um conselho que seria escolhido pela Prefeitura, e os membros da sociedade civil também nomeados pelo próprio conselho. Isso pareceu frágil. A nossa sugestão é que haja um processo participativo mais incisivo e mais, digamos, autêntico, que realmente incorpore as expressivas lideranças dessa região.

Enfim, são essas as observações que teríamos para iniciar a reunião.

Anuncio a presença do Sr. Vereador Paulo Pinheiro; do Dr. Augusto Ivan, ex-Secretário de Urbanismo do Município, que trabalhou muito nesse projeto e conhece muito o Centro da Cidade; da Andréa Lessa, do Instituto Nacional de Tecnologia, e da assessora do Vereador Eliomar Coelho, Denise Pena.

Passo, agora, a palavra ao Relator para, se quiser, se pronunciar sobre os temas que estão aqui envolvidos.

O SR. VEREADOR ROBERTO MONTEIRO – Excelentíssima Senhora Presidente, na verdade, é só uma saudação especial a todos os membros da Mesa, que cumprimento na sua pessoa. Mas acho que a expectativa maior é a apresentação, por parte do Executivo, do que significa o Projeto Porto Maravilha para a Cidade do Rio de Janeiro.

Eu vou pedir, claro e obviamente, toda a paciência do mundo para que possamos fazer uma intervenção mais apurada, após a intervenção realizada, talvez, acho eu, pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico da Cidade, para que se possa debater em função daquilo que é apresentado.

Gostaria também, já que ele vai fazer uma intervenção em nome do Executivo, em função das pessoas que aqui estão presentes, que se pudesse entender, para que ficasse claro nesta Audiência Pública, por que foi destacado o Projeto Porto Maravilha, haja vista que vamos estar num processo também de formação da revisão do Plano Diretor, e foi enviado para esta Casa um projeto destacando aquilo que essencialmente é pertinente ao próprio Plano Diretor, para a discussão da própria revisão do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro.

Então, são algumas coisas que ficam por ser indagadas, no sentido da urgência. Porque, se nós vamos votar, esse ano, o Plano Diretor, nós temos que entender o porquê da urgência, ainda, desse processo, porque se votamos o Plano Diretor ainda esse ano, isso também estaria contemplado no Plano Diretor. Seria bom que isso fosse explicado para que pudéssemos entender porque alguns colegas Vereadores, na hora da votação, poderão indagar: “Mas, ora, será que isso é medida para esvaziar o Plano Diretor? Será que isso é uma medida... na medida procedimental isso não cumpre o papel... vamos dizer, o Plano Diretor da Cidade, isso sendo discutido, ter a condição... não está devidamente cumprido seu papel?”.

Então, essa é uma indagação que eu gostaria que ficasse respondida no meio da intervenção, porque foi até objeto de questionamento, por esses dias, por parte do Vereador Eliomar Coelho, que já se encontra aqui presente. Aproveitando essa oportunidade como estamos numa Casa Legislativa, pois isso certamente se dará no decorrer do Debate, eu acho que é importante a manifestação do Executivo sobre o porquê da necessidade efetivamente de isso ter se destacado num processo exclusivo.

Obviamente, aqui ninguém vai descartar a importância, a magnitude do Projeto Porto Maravilha. Eu acho que há necessidade disso na Cidade. Acho que não há divergências. Mas, já que vai haver uma intervenção, que fique bem esclarecido o impacto disso nas comunidades locais porque toda vez que há um grande empreendimento, da envergadura desse, nós temos conhecimento que, dentro do sistema capitalista, aqueles que fazem o empreendimento, eles obviamente visam ao lucro, tem a ques-

tão política e tem a questão de jogar a Cidade para fora, sem dúvida nenhuma. Mas como ficariam essas comunidades locais que, no meu entendimento – aqui hoje, não estou vendo nenhuma representação dessas comunidades – vão sofrer com a implementação desse projeto?

Então, são indagações que ficam. Espero que, ao final, tenhamos essas indagações já respondidas, para que possamos também, formular a respeito desse projeto e de sua magnitude.

Então, na verdade, não é nenhuma polêmica, mas, sim, indagações que eu gostaria de ter respondidas no curso da explanação do Executivo.

Eram essas as minhas considerações iniciais, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Passo, agora, a palavra ao Dr. Felipe Góes, para fazer a sua apresentação.

O SR. FELIPE FARIA GÓES – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui, hoje.

Eu gostaria de saudar especialmente a Vereadora Aspásia Camargo, Presidente da Comissão, responsável pela organização desta Audiência Pública, que nós consideramos da maior importância. O Governo acha que é fundamental o Debate e, na realidade, temos realizado diversos debates. O de hoje aqui na Câmara complementa as discussões que têm ocorrido. Então, eu gostaria muito de agradecer à Vereadora pela iniciativa.

Gostaria de saudar: especialmente o Vereador Roberto Monteiro; o Vereador Renato Moura; o Vereador Jorge Braz, representantes aqui da Comissão; o nosso líder, Vereador Adilson Pires; Vereador Marcelo Piuí, aqui presente também; Vereador Paulo Pinheiro; Vereador Eliomar Coelho; meus colegas do Governo, aqui presentes, principalmente a Dra. Eliane Barbosa, representante da Companhia Docas, que tem sido uma parceira fundamental nesse processo.

Rapidamente, quero fazer uma breve apresentação que resume o projeto, mas eu acho que o mais importante é ouvir aqui as sugestões e os comentários. Só está sendo possível fazermos esse Debate hoje, com apenas oito meses de Governo, porque nós partimos de uma premissa, logo no início, que foi definida pelo nosso Prefeito Eduardo Paes, que é a de aproveitar os projetos e as reflexões existentes sobre a questão do porto. Nós, desde o início, seguimos essa premissa; definimos que deveríamos construir em cima das reflexões existentes, e não virar a página, jogar fora os projetos – isso acontece muitas vezes, infelizmente... as pessoas jogam fora os projetos que já existem e começam do zero, para ser o autor daquele projeto. O nosso objetivo, desde o início, tem sido, exatamente, construir em cima dos projetos existentes e dos consensos que já existiam. É por isso que, depois de oito meses de trabalho, somos capazes de trazer aqui a nossa

proposta e de apresentar essas três projetos de lei, que estão hoje colocados para Debate.

Eu queria saudar, também, o Vereador Reimont, que está presente.

Vou, então, passar para a apresentação comentando que nós vamos ter, as seguintes sessões: primeiro, uma breve caracterização da área; nossa visão de futuro para a região, as duas fases de trabalho que nós temos nesse projeto e um cronograma.

A caracterização. É importante dizer – já colocando a questão da área do projeto – que nós decidimos por colocar uma área o mais ampla possível, para que possamos, nesse processo, de fato, pegar um bom pedaço do Centro, os três bairros que são Saúde, Gamboa e Santo Cristo, um pedaço de São Cristóvão, um pedaço da Cidade Nova e do próprio Centro para, a partir desse projeto, acelerar o processo de revitalização do nosso Centro, podendo trazer residência, habitação, moradia e também atividade comercial para essa região. É uma região de 5 milhões de metros quadrados, com 22 mil habitantes e um IDH muito baixo – a Vereadora chamou atenção disso no seu discurso de abertura. É uma região que sofre, não só pelas condições das pessoas que moram lá, como também pela falta de perspectivas de emprego e de atividade comercial. É uma região muito esvaziada, com o IDH em 24º lugar, entre as 32 regiões administrativas da Cidade.

No entanto, apesar dessa situação de esvaziamento, é uma área muito bem localizada que está entre os dois aeroportos, apenas a dois quilômetros do Aeroporto Santos Dumont, muito próximo dos principais pontos turístico da nossa Cidade. É uma área que tem hoje uma combinação de modais de transporte bastante rica – temos o terminal de ônibus, a própria Central do Brasil, uma nova estação do Metrô, um terminal marítimo de passageiros, que hoje é uma porta de entrada importante do turismo do Rio de Janeiro – aproximadamente 600 mil turistas entram na Cidade por esse terminal –, a Rodoviária Novo Rio e também, futuramente, se o projeto do trem de alta velocidade realmente acontecer, a área está vizinha ao terminal do trem de alta velocidade. Portanto, ela é muito privilegiada no que diz respeito a transporte.

Queria saudar também o Vereador Carlos Bolsonaro. Muito obrigado pela presença.

Gostaria de comentar que esta área já é, hoje, sede de empresas e instituições importantes destacando a presença do INT, do INPI, que estão presentes lá há muitos anos. É uma área importante também porque é sede de empresas como a Moinho Fluminense, a própria Companhia Docas, Lojas Americanas, Xerox, Light. Enfim, apesar do esvaziamento, ela tem um potencial econômico interessante, porque já é sede de algumas empresas relevantes da nossa Cidade.

É necessário chamar atenção – apesar de estar fora da área do projeto – dos três operadores do porto que são Multiterminais,

Libra e Triunfo, que hoje têm operações relevantes na área portuária, crescentes, cada vez mais importantes, ali na Região do Caju. E nós reconhecemos a importância da operação portuária e a necessidade de convivência entre a atividade portuária, tão importante para a Cidade do Rio de Janeiro, para a economia da Cidade, e o processo de requalificação urbana.

É uma área que tem uma relevância histórica importantíssima, onde teve início a ocupação da Cidade – a própria Pedra do Sal, o Morro de São Bento... aqui tem uma breve perspectiva da evolução dessa área no tempo, aí no século XVIII, já a construção do Palácio do Bispo, o próprio Mosteiro de São Bento, a Rua da Prainha. Enfim, toda a evolução que aconteceu nessa área. O próprio Edifício A Noite, que é um dos primeiros arranha céus do nosso continente; a estação de passageiros, que está lá até hoje; o Palacete Dom João VI. Quer dizer, áreas históricas importantíssimas, muitas vezes escondidas no meio daquela degradação. Os projetos têm, também, o objetivo exatamente de recuperar esse patrimônio tão importante da Cidade do Rio de Janeiro que está hoje muito mal tratado. Vamos falar um pouco disso, mais à frente, também.

A situação atual, a fotografia atual. Infelizmente, o Píer Mauá é, muitas vezes, subutilizado, mas é a nossa realidade atual.

Quero também registrar a presença do Vereador Ivanir de Mello.

Como eu dizia, há uma relevância histórica importantíssima, que nós estamos tratando com muito cuidado nesse projeto. Eu gostaria de chamar atenção do Morro da Conceição. Nós não só julgamos importante a questão da preservação do patrimônio, como decidimos que, já na primeira fase do projeto, onde os investimentos são públicos, são investimentos da Prefeitura, nós vamos fazer investimentos no Morro da Conceição, para melhorar as condições de infraestrutura urbana do morro. Está dentro do nosso grupo das primeiras intervenções que serão feitas. O Edifício D. João VI em breve será restaurado; os galpões ferroviários da Gamboa, que hoje estão bastante destruídos, nós esperamos restaurar em breve; o Mosteiro de São Bento; a Igreja São Francisco da Prainha, que também está numa situação aquém do que nós gostaríamos, e decidimos também investir no sentido de recuperação da igreja. E o próprio Edifício A Noite, que é um marco relevante daquela região.

Eu vou passar um pouco para falar da visão de futuro dessa área e comentar que nós consideramos, nessa reflexão, o que aconteceu em outros lugares do mundo. Quer dizer, a história do Porto do Rio não é diferente da história de outros locais, no sentido de que a atividade portuária morreu, a gente deixou de ter naquele local uma atividade relevante, do ponto de vista de porto. No entanto, os galpões, as áreas ficaram esvaziadas. Isso aconteceu em São Francisco; aconteceu em Buenos Aires e aconteceu em Barcelona. Só que, nessas regiões, foi feito um processo de requali-

ficação, de reutilização desse espaço urbano, que é exatamente o que nós queremos fazer com esse projeto, no Rio de Janeiro. De novo, é um projeto que já existe há quase 30 anos, mas chegou a hora de tirar esse projeto do papel. No caso de Barcelona – é um exemplo interessante –, porque você vê, aqui do lado esquerdo, em 1986, uma praia completamente esvaziada, trilhos de trem chegando à beira da praia, quer dizer, um ambiente muito pouco interessante para a população local, para os residentes e para o Turismo e, já em 1992, no ano das Olimpíadas, uma área completamente requalificada, revitalizada, quando a população pode utilizar a praia, pode conviver com aquela região, ir até o mar. Isso é um pouco o nosso objetivo: abrir aquele bairro de volta para a população, para os moradores, para o Rio de Janeiro.

Os objetivos desse projeto estão divididos em quatro áreas, na infraestrutura: habitação, cultura/entretenimento, comércio e indústria. O grande objetivo é a revitalização completa da região, melhorando a qualidade de vida para os moradores, para as pessoas que estão lá hoje – essa é a prioridade número um. A prioridade número dois é criar empregos, criar oportunidades para as pessoas que moram lá e para as pessoas que decidam ir morar naquela região. Para viabilizar isso, nós estamos com um programa bastante importante de melhoria da infraestrutura urbana; a requalificação de um milhão de metros quadrados de infraestrutura urbana; desenvolver um potencial construtivo daquela área; preservar o meio ambiente. Nós temos um programa muito agressivo na área de meio ambiente. É importante que se diga que esse é um projeto inovador nesse sentido, quando se pensa em áreas portuárias. Porque, aqui, nós estamos prevendo toda uma nova rede de saneamento; estamos prevendo o plantio de 11 mil árvores naquela região; estamos prevendo a construção de três novos parques e também a preservação dos parques que existem hoje. Além de tudo, talvez um dos aspectos mais relevantes, é a limpeza do Canal do Mangue, que hoje é o principal ofensor da qualidade da água daquela região.

Habitação. Nós estamos prevendo um programa importante para habitação de interesse social, não só recuperando o casario que temos ao redor dos três bairros, como também melhorando as condições de vida no próprio Morro da Providência. Uma parte importante dos investimentos, 1/3 dos investimentos, é destinado à melhoria das condições de vida nos morros daquela região, ou seja, para os seus residentes.

Na área de cultura e entretenimento. Nós estamos prevendo, ali, um novo pólo de turismo para a cidade, com a recuperação do patrimônio histórico. Diversas iniciativas que eu vou apresentar aqui são voltadas à recuperação do patrimônio histórico e à atração de empresas. Nós estimamos que, com o projeto, nós vamos conseguir gerar mais impostos para a cidade. A nossa estimativa é que nós poderemos gerar, a partir de 2014, R\$ 200 milhões por ano a mais de arrecadação – IPTU e ISS – para o mu-

nicípio, a partir da ocupação daquela região com residências e com atividade comercial.

A nossa visão de futuro, pensando a longo prazo, é que possamos ter ali, de fato, a convivência dos diversos usos possíveis numa cidade. Como é uma área muito ampla, nós achamos que ali é possível, sim, ter a convivência entre o uso residencial, que é fundamental, e que vai ser preservado, não só onde hoje já tem o uso residencial, como nas áreas vazias, onde nós esperamos o desenvolvimento de empreendimentos na área residencial. Nós esperamos, também, atrair para aquelas áreas universidades, ensino – já temos algumas iniciativas nesse sentido, que eu vou apresentar aqui hoje.

Imaginamos que aquela área mais próxima do mar é uma área naturalmente voltada para o turismo e para o entretenimento.

E, também, algumas regiões onde a atividade comercial pode se desenvolver com mais força, porque hoje existe uma demanda por escritórios, por espaço para empresas no Rio de Janeiro, e essa área pode ser vista como uma extensão do Centro. Obviamente, sempre respeitando a qualidade de vida dos moradores atuais e daqueles que venham para aquela região.

Já existem alguns projetos em andamento. Eu gostaria de chamar atenção de alguns deles, porque mostra que esse é um processo irreversível. Quer dizer, a ideia, de fato, é que esse projeto, ele comece ao longo desse ano, mas temos a certeza, como foi o caso, em várias outras regiões do mundo, que esse é um processo de muito longo prazo. Por exemplo, fala-se muito em Puerto Madera. Puerto Madera tem 20 anos e ainda está em processo de transformação.

Tenho certeza de que aqui no Rio, esse processo vai durar por um período como esse, 15, 20 anos ou até mais. O importante é começar. E a boa notícia é que já temos algumas entidades, algumas empresas, algumas instituições que estão se movimentando e eu quero chamar a atenção para algumas delas: o INT aprovou recentemente um projeto importante, de requalificação das suas instalações e de construção de um novo laboratório de tecnologia naquela região. O importante é que gera emprego e renda naquela região. O INPI decidiu por fazer um *retrofit* completo do seu edifício – Edifício A Noite – respeitando a presença da Rádio Nacional, nos últimos andares, inclusive, desenvolvendo no último andar um Café, para que as pessoas visitem mais a Rádio Nacional, que é um lugar tão bonito. Vão também recuperar o prédio, pelo seu lado externo de tal forma que ele continue sendo uma referência importante ali na Praça Mauá.

O próprio restauro da Igreja São Francisco da Barrinha, que é um marco importante da cidade, que infelizmente hoje, encontra-se num estado degradado porém o município decidiu investir no seu restauro. A iniciativa do aquário, foi uma iniciativa privada, com dinheiro e recursos privados. Vão instalar ali na Região do

Porto um aquário, para ser uma atração turística importante para a cidade.

Finalmente, eu queria chamar a atenção das Escolas Técnicas de Audiovisual e Restauro. Entendemos que aquela região carece de oportunidades na área de Educação, e a nossa decisão foi construir em cima de idéias, de conceitos que já existiam. Esse é um projeto antigo da Prefeitura do Rio de Janeiro, que é transformar os dois galpões ferroviários, ali atrás da Cidade do Samba, em Escolas Técnicas de Audiovisual e Restauro. E é exatamente no que nós estamos trabalhando agora para realizar as parcerias necessárias, recuperando primeiro alguns galpões que estão hoje, completamente, destruídos e depois, instalar duas escolas em parceria com o Senai.

Essas são algumas das iniciativas que já estão em andamento e que mostram que esse processo já começou e que já existem instituições, além do próprio Governo, que estão apoiando e suportando esse projeto.

Aqui nós temos uma foto das Escolas Técnica de Audiovisual e Restauro, são os dois galpões, que estão hoje, como eu disse, praticamente destruídos. E nossa expectativa é, exatamente, recuperar esses galpões, instalar lá as Escolas Técnicas.

Essa é uma foto do aquário, que é um projeto da iniciativa privada, para aquela região, respeitando todos os parâmetros, gabaritos definidos para a área.

Será também um centro de estudos na área biológica. Portanto combina a questão do Turismo com a questão da capacitação técnica.

O novo prédio do Banco Central que vai unificar todas as áreas do Banco num único prédio, num prédio moderno, ambientalmente, amigável, ele tem toda uma lógica de sustentabilidade muito moderno, vai ser um chamado *green bilden*, e vai estar ali, logo ao lado da Cidade do Samba. O projeto já foi aprovado.

Nós temos uma iniciativa importante, que é a recuperação do Edifício Dom João VI, que é um marco importantíssimo da cidade, ali na Praça Mauá. E a nossa intenção é investir no restauro daquele prédio, com recursos da Prefeitura, exatamente para recuperar o marco, e levar para lá obras de arte constituindo a Pinacoteca do Rio de Janeiro, no Edifício Dom João VI.

O Museu do Amanhã, que é um museu voltado para a questão do meio ambiente, a reflexão sobre a questão do meio ambiente, cada vez mais importante, é uma parceria entre a Fundação Roberto Marinho, Companhia Docas, Governo do Estado e Prefeitura, e estará instalado os Armazéns 5 e 6, ali, no nosso Cais do Porto.

E, finalmente, antes de entrar, especificamente, na questão das intervenções em infraestrutura, eu queria dizer que esse projeto, além dos 28 anos de reflexão, além de todo o esforço que a Prefeitura já faz, sobretudo nos últimos oito anos, de conceitualização desse projeto e definição das intervenções e tudo isso, ao

longo desse ano nós tivemos também uma série de debates com a sociedade a respeito desse projeto, exatamente para receber sugestões, assim como vamos trazer aqui hoje.

E eu gostaria de chamar a atenção para a luta mais importante de todas, que são as reuniões que acontecem lá na Zona Portuária, com os moradores; nós fazemos, mensalmente, essas reuniões, com aproximadamente 100 pessoas. Tivemos ontem uma reunião muito boa, e as pessoas sempre fazem sugestões, fazem recomendações e fazem perguntas. Isso acontece mensalmente e tem sido uma fonte de idéias e de sugestões muito boas para o projeto. Fizemos apresentação no concurso da Associação Comercial. E temos desde o início do ano um *e-mail* aberto à população, que eu já, desde já, divulgo, que é um meio, exatamente, para sugestões, recomendações e perguntas: portomaravilha@pcrj.rj.gov.br.

Vou passar então, agora, especificamente, às intervenções urbanas, chamar a atenção que o projeto tem duas fases. Esse projeto, por ter muitos anos, sofre de uma questão, que é a falta de credibilidade que a sociedade tem no projeto. A sociedade já não acredita que é possível requalificar e salvar a área do porto. Então, em função dessa questão da credibilidade, nós decidimos dividir o projeto em duas fases. A primeira fase será, basicamente, investimentos da Prefeitura, investimentos feitos com recursos públicos, exatamente para mostrar que, independentemente de qualquer coisa, nós estamos apostando nesse projeto. Nós vamos dar os primeiros passos. E a segunda fase é dependente da participação da iniciativa privada, que é a operação urbana consorciada, que está aqui estruturada nos três projetos de lei encaminhados à Câmara.

Eu vou, rapidamente, passar à fase I e passar com mais detalhes à fase II. A fase I, que são os investimentos privados, engloba o Bairro da Saúde, o Morro da Conceição, o próprio Píer Mauá e toda essa região que está aí no mapa. Nós estamos prevendo realizar intervenções em todas essas ruas e avenidas que estão aí colocadas: Avenida Venezuela, Rua Camerino, a Sacadura Cabral, o próprio Morro da Conceição. Eu já vou falar com mais detalhes o que são essas intervenções.

Mas a nossa ideia é melhorar significativamente a qualidade urbana dessa região, ou seja, melhorar as ruas, melhorar a qualidade do calçamento, das vias, o plantio de árvores, que é fundamental, as galerias de drenagem, porque ali temos problemas de enchente. É toda uma completa repaginação urbana, tanto de ações que as pessoas veem, estão no dia a dia das pessoas, como aquelas intervenções de infraestrutura que muitas vezes são mais importantes do que o que está acima do solo.

A nossa intenção é abrir o Píer para a cidade, para a população. O Píer foi fonte de debates de discussões ao longo de tantos anos, mas, em função desse alinhamento que existe, hoje, entre o Governo Federal e o Governo Estadual e a Prefeitura, foi possí-

vel fazer a passagem desse ativo para a Prefeitura, sem ônus. E, portanto, a nossa ideia é fazer ali um projeto absolutamente simples, em que as pessoas possam conviver, ali, sem grandes intervenções, sem grandes construções. Uma área para as pessoas poderem conviver na Cidade do Rio de Janeiro, utilizando o Pier, que é uma área tão bonita.

As intervenções que estão previstas nessa fase são: urbanização do próprio Pier, revitalização da praça, calçamento, iluminação, drenagem, arborização de todas aquelas ruas que eu mencionei anteriormente. E mais: implantação do trecho inicial do Binário, que é a rua paralela, ali, à Rodrigues Alves, a nova rua que será construída; e reurbanização do Morro da Conceição. E aí, importante dizer, recuperação do patrimônio histórico do Morro da Conceição, Jardim do Valongo e da Pedra do Sal, que vão ser recuperados nesse projeto. Hoje, quem passa no Jardim do Valongo vê aquela área completamente maltratada, e nossa intenção é recuperar e cuidar daquela região: demolição de uma alça de subida do viaduto e a construção da garagem subterrânea. É importante... São R\$ 200 milhões com recursos da Prefeitura.

O importante é deixar claro o seguinte: falam muito na questão da derrubada da Perimetral, vai derrubar a Perimetral, não vai derrubar a Perimetral... O importante é que se diga que, nessa fase, não está prevista a derrubada da Perimetral; ou seja, com os recursos da Prefeitura, que são esses R\$ 200 milhões, nós estamos fazendo essas intervenções que eu acabei de descrever. A derrubada da Perimetral depende de um projeto de lei que está em discussão aqui. A intervenção é tão pesada que a fonte de recursos, que a única forma de se fazer aquilo é uma parceria com a iniciativa privada. A Prefeitura não tem recursos disponíveis para fazer uma obra daquela magnitude, apesar de reconhecer a importância dessa ligação do bairro com o mar.

Então, nessa primeira fase, nós estamos prevendo, também, a implantação em larga escala do projeto habitacional com novas alternativas. Uma boa ideia que já existia na Prefeitura e que já vinha sendo desenvolvida na Secretaria de Habitação, é, exatamente, desenvolver habitação de interesse social nos casarios, nas áreas que estão hoje completamente degradadas.

Já foram feitas até hoje aproximadamente 120 habitações no Centro do Rio de Janeiro através desse programa. E o que nós estamos fazendo agora, naquela região do Porto, é acelerar isso de forma significativa. No estatuto estão previstas aproximadamente 500 unidades naquela região, já nessa primeira fase, com recursos da Prefeitura e da Caixa Econômica Federal, exatamente, visando dar à população a possibilidade de habitação de interesse social, habitação subsidiada para a população de baixa renda.

Finalmente, nessa ocasião, nós também estamos prevendo uma intervenção importante para os operadores do Porto, uma

demanda antiga daqueles operadores, que é a de melhorar as condições de acesso ao Porto do Rio de Janeiro. E estamos construindo uma nova alça, que liga a Avenida Brasil direto à porta do Porto, numa parceria com a Docas do Rio de Janeiro, exatamente possibilitando desafogar o trânsito que existe ali no início da Avenida Brasil, na entrada do Porto, possibilitando que os caminhões e as carretas possam fazer esse acesso, diretamente, da Avenida Brasil para o Porto do Rio de Janeiro. De novo, estamos reconhecendo que a atividade portuária precisa conviver com a revitalização urbana, reconhecendo a importância e a necessidade do crescimento da atividade portuária no Rio de Janeiro.

Agora, eu vou passar para a fase II, que é a operação urbana consorciada, os três projetos de lei que estão aqui colocados. Quais são as intervenções que estão planejadas? Em primeiro lugar, definir uma área de intervenção, que eu já comentei, uma área ampla, de cinco milhões de metros quadrados; ela engloba toda essa região, inclusive a Presidente Vargas, a Francisco Bicalho, a Rodrigues Alves e a própria área do Gasômetro, que hoje é uma área subutilizada, que nós entendemos que pode e deve fazer parte desse projeto.

A partir desse desenho, os projetos históricos já existiam dentro da Prefeitura. Nós aperfeiçoamos esses desenhos e criamos, então, novas quadras, novas vias, que estão aqui detalhadas. E queria chamar a atenção sobre um aspecto importante, que é a preservação das áreas dos morros. Pode-se notar que todos os morros aí... Nós não estamos prevendo novas quadras ou redesenhos dos morros, que são áreas preservadas e vão continuar preservadas. Entretanto, os recursos captados na operação urbana consorciada vão ser direcionados, sim, para a melhoria da infraestrutura dessa região. Um terço dos recursos vai estar alocado para essa região.

Gostaria de saudar também a presença da Vereadora Clarissa Garotinho, que chegou agora.

A solução para a Perimetral. Essa é uma questão que já vem sendo discutida há muito tempo na cidade, e o entendimento da maioria é o de que a Perimetral desvaloriza aquela região, porque evita, exatamente, o contato do bairro com o mar. E a nossa previsão, então, é a derrubada da Perimetral. E, aqui, eu estou falando de novo, só para deixar claro: não é mais fase I; a fase I eu já passei; eu estou falando, agora, da operação urbana consorciada, que é uma parceria da iniciativa privada com o poder público.

Então, e intervenção planejada, aqui, é a derrubada da Perimetral, desde o trecho um pouco antes do Mosteiro de São Bento até a Rodoviária Novo Rio. Desde esse trecho nós devemos ter a Perimetral derrubada, completamente derrubada. E no trecho inicial, até o Armazém 6, nós vamos substituir as vias por túneis.

Esses túneis, então, vão até o Armazém 6. E a partir do Armazém 6, até a Rodoviária Novo Rio, as vias vão seguir em nível.

É importante que se diga que essa solução só é possível se nós criarmos também vias adicionais. E a mais importante delas é a chamada Binário do Porto, essa linha azul que está aí no quadro. Essa avenida é hoje inexistente, é uma via férrea abandonada, que muitas vezes é utilizada, hoje, como estacionamento. E a nossa previsão, então, é transformar essa via férrea numa avenida, exatamente para desafogar o trânsito local daquela região. E, com isso, nós vamos ter ali uma solução, uma via rápida, ali onde é a Rodrigues Alves, e uma via local, que é o Binário do Porto.

Quando nós somamos as vias construídas Binário do Porto e Rodrigues Alves, nós vamos ter ali uma via a mais em cada mão para essa mesma região, em relação ao que existe hoje. Ou seja, uma perspectiva de melhorar a qualidade do trânsito, apesar da derrubada da Perimetral.

Nós prevemos nesta fase do projeto uma melhoria importante da infraestrutura básica: rede de água potável, 79km; rede de esgoto sanitário, 76km; rede de drenagem, 28km; iluminação pública, 60km de dutos e 3.600 postes.

Isso aqui é importante porque, de novo, esse projeto trata de melhorar as condições de infraestrutura daquela região. Não adianta prever que vai haver crescimento, se não houver infraestrutura básica. O projeto prevê todos esses investimentos em infraestrutura básica para aquela região.

E na questão do meio ambiente, além da questão do plantio das 11 mil árvores que eu já citei, nós temos um projeto importante, que é a questão do tratamento do Canal do Mangue. Como eu disse, o canal é hoje o principal ofensor da qualidade da água daquela região. Estamos prevendo três unidades de tratamento de água em tempo seco nos três rios que hoje deságuam no Canal do Mangue. E com isso nós esperamos ter a qualidade da água daquela região significativamente melhorada.

A visão do futuro para essa região é, exatamente, a convivência do patrimônio histórico com novas construções, a possibilidade de as pessoas acessarem o mar a partir da Praça Mauá, a pessoa poder ir ao Pier Mauá sem ter nenhuma barreira. Enfim, uma área completamente repaginada, aberta para a população.

Estamos também prevendo espaço para a construção de um veículo leve, sobre trilhos, que complementaria o sistema de transporte de massas naquela região, de tal forma a possibilitar que as pessoas possam se movimentar com maior eficiência naquela área. Está previsto o espaço para o projeto do VLT, que está em desenvolvimento numa parceria com o BNDES.

Então, em resumo, nessa fase II, as principais intervenções colocadas são: a reurbanização das vias, e quando a gente fala de 40 quilômetros de vias, estamos falando de pavimentação, drenagem, sinalização e iluminação; arborização de calçadas e can-

teiros; implantação de novas redes que eu já mencionei; implantação do sistema de melhoria de qualidade de água; implantação de via de mão dupla, que é do mar ou do Porto; demolição do Elevado da Perimetral; construção dos túneis, substituindo a Perimetral naquele trecho inicial; construção de novas rampas ligando o Gasômetro, ou seja, São Cristóvão ao Bairro de Santo Cristo; ampliação do túnel ferroviário no Morro da Providência; implantação do mobiliário urbano, bem como os projetos de habitação de interesse social. Eu já mencionei novas alternativas: são 499 novas residências, mas nós estamos prevendo também, no projeto, investimento significativo na melhoria da qualidade residencial no Morro da Providência. Estamos prevendo investimentos importantes na Região do Morro da Providência, além dos demais morros que eu já citei anteriormente.

Agora, o que é a operação urbana consorciada? Explicando um pouco mais, o que nós estamos propondo realizar aqui no Rio de Janeiro? Em primeiro lugar, nós não estamos inventando nada diferente do que já está aí colocado. Na realidade, isso foi estabelecido no Estatuto da Cidade, numa Lei Federal, em 2001, a Lei 10.257. Essa lei estabelece a possibilidade de realização de uma operação urbana consorciada e define quais são os passos para a realização dessa operação.

Essa operação, basicamente, trata do seguinte. Trata da possibilidade de o Município vender potencial adicional construtivo, estabelecendo um parâmetro básico urbanístico para toda a região, que é chamado de IAP, o índice de aproveitamento do terreno. Nós estabelecemos o IAP1 como sendo o IAP básico para toda a região. E toda construção inicial, toda construção adicional a esse IAP 1 vai então ter que pagar um determinado valor, que são esses títulos, as Cepacs. E 100% dos valores recebidos pelo Município, através da venda desses Cepacs, têm que ser integralmente aplicados naquela região. Ou seja, esses recursos não podem entrar no cofre da Prefeitura para fazer outros tipos de investimento, custeio ou o que seja. Cem por cento deles são alocados, diretamente, a essa operação. E na lei está estabelecido quais são as intervenções previstas para a alocação desses recursos.

O importante é que isso fique muito claro. Está muito amarrado. A lógica desse projeto, dessa operação, como não é operação de longo prazo, é exatamente construir esse arcabouço regulatório para que esse projeto possa sobreviver independentemente do Governo. Quer dizer, que isso seja um processo contínuo de requalificação, em que o Poder Público possa captar recursos da iniciativa privada e realizar os investimentos necessários à infraestrutura urbana e habitação naquela região. Então, 100% dos recursos são integralmente aplicados na área.

Nós já tivemos operações de sucesso no Brasil, que foram realizadas em São Paulo, como Águas Espraiadas da Faria Lima. Então, quero simplesmente dizer que não estamos inventando nada,

estamos seguindo uma lógica que já foi aplicada em outros lugares. E definimos para isso alguns parâmetros. O primeiro parâmetro é onde nós podemos fazer cobrança de Cepacs. E, aqui, eu gostaria de chamar a atenção para o seguinte. Estamos fazendo cobrança de Cepacs apenas nas áreas do aterro, apenas nas áreas planas da Zona Portuária. Não existe nenhum tipo de cobrança de Cepacs nos morros, nas zonas residenciais existentes hoje. É importante deixar claro.

Todas essas áreas são preservadas, as pessoas têm as suas propriedades, nada disso muda. Nós estamos fazendo essa cobrança exatamente na área onde é possível fazer a operação, que são essas áreas planas, que são basicamente áreas públicas, áreas da União, do Estado e do próprio Município, com algumas exceções. Os índices de aproveitamento foram definidos para cada uma dessas quadras, ou seja, temos um IAP básico, que é o IAP 1, e o IAP máximo para cada uma dessas quadras. O IAP máximo é... Qual é o máximo permitido de área construída para cada uma dessas quadras aqui colocadas? A lógica aqui foi a seguinte: quanto mais próximo dos morros, menor o potencial construtivo, exatamente para preservar o desenho da área, preservar a qualidade de vida das pessoas que estão nos morros. Então, quanto mais próximo do mar, ou da própria Francisco Bicalho, nós aí temos o potencial construtivo maior. Então, essa é a lógica do desenho dos parâmetros urbanísticos aqui apresentados.

Apresentamos aqui também os gabaritos máximos. Esses gabaritos são colocados com a mesma lógica dos IAPs, que eu posicionei anteriormente. Então, próximo do mar e na própria Rodrigues Alves é onde os gabaritos são maiores. E, de novo, próximo dos morros, os gabaritos são bastante limitados, respeitando a legislação urbanística.

E finalmente, junto com a questão do gabarito, cada um dos subsetores, que é a primeira coluna. Nós definimos para cada um deles os gabaritos, IAP básico, o máximo, que é o que está ali do lado direito, mas também um tema importante, que é a parte de ocupação do terreno. Isso define a permeabilidade, ou seja, o que nós queremos com esses 70%, 50% que estão aí colocados, é exatamente evitar o que aconteceu com Copacabana, que se transformou numa grande muralha.

Aqui o que nós estamos falando é o seguinte. Quando se coloca uma faixa de ocupação de 70%, é que apenas 70% daquela quadra, daquele terreno podem ser construídos, de tal forma que você tenha permeabilidade, que as pessoas possam ter acesso ao mar, e, da mesma forma, as pessoas que estejam no mar possam ver os morros.

Então, essa faixa de ocupação é uma forma importante de preservar a qualidade daquela região. Quando olhamos o potencial construtivo total, são 4 milhões de metros quadrados adicionais acima do IAP 1. Ele está basicamente concentrado na região ao redor da Avenida Francisco Bicalho. É uma região que tem

menos interferência, onde você pode construir mais porque não interfere tanto com o desenho dos morros, com a própria região. Vocês podem verificar que em todas as regiões dos morros nós temos um potencial construtivo de zero e, mesmo naquela região inicial, um potencial construtivo bastante limitado, ou seja, crescimento realmente maior do que aqui previsto esta ao redor da Avenida Francisco Bicalho. É uma região que tem menos interferência, onde você pode construir mais porque não interfere tanto com o desenho dos morros, com a própria região. Vocês podem verificar que em todas as regiões dos morros nós temos um potencial construtivo de zero e, mesmo que naquela região inicial, um potencial construtivo bastante limitado, ou seja, crescimento realmente maior do que aqui previsto está ao redor da Francisco Bicalho.

É importante também notar a composição da propriedade dos terrenos nessa área plana. Como eu dizia anteriormente, a grande maioria dos terrenos aqui é pública: da União, do Estado e do Município, sendo que os privados representam 25% do total dessas áreas. Portanto, um trabalho conjunto com os três níveis de governo é fundamental. Esse alinhamento dos três níveis de governo possibilita que avancemos com o projeto. Em função disso, nós conseguimos fazer um protocolo de cooperação federativa com a vinda do Presidente Lula, do Governador e do Prefeito, no qual foi definido esse objetivo comum de promoção da requalificação urbana da região do Porto. Isso foi assinado há três meses. Essa é uma base importante para o nosso projeto, que é a possibilidade de trabalharem os três níveis de governo na mesma direção.

Em resumo, essas são as principais mensagens que nós queríamos trazer hoje: dividir com os senhores e senhoras a importância desse projeto, a necessidade de avançarmos, e dizer que o projeto tem 28 anos e, na realidade, o que nós fizemos foi somar todo o esforço realizado ao longo desses 28 anos, adicionar alguns pontos para melhorar ainda mais esse projeto e, agora, trabalhar com força, com vontade, junto com a Câmara Municipal, para aprovar esses projetos e dar início a essa fase dois, que é tão importante. É exatamente uma possibilidade de parceria com a iniciativa privada para melhorar a qualidade daquela região. Com isso, eu encerro minha intervenção.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Muito obrigada, Dr. Felipe Góes. Queria lembrar a todos que estamos fazendo as inscrições para uso da palavra na Tribuna e registrar, mais uma vez, a presença dos Vereadores Eliomar Coelho, Vereador Ivanir de Mello, Vereador Carlos Bolsonaro, Vereadora Clarissa Garotinho, do Sr. José Conde Caldas, Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. O Vereador Adilson Pires já quer fazer uso da palavra. Eu pediria apenas a todos que

controlassem o tempo porque temos até às 13h para debater o projeto.

O SR. VEREADOR ADILSON PIRES - Senhora Presidente da Comissão do Plano Diretor, Vereadora Aspásia Camargo; Vereador Roberto Monteiro, Relator; Vereador Renato Moura,; demais Vereadores presentes; Secretário Felipe Góes; nosso Procurador; demais autoridades presentes nesta Audiência. Eu queria apenas, bem rapidamente, manifestar aqui a intenção do Governo no tocante ao calendário e ao procedimento que vamos adotar para votar essa matéria na Câmara. É importante que todos nós tenhamos parâmetros e clareza de como vamos tratar esse assunto.

Nós já temos o parecer aos três projetos publicados. Os projetos já estão em condições de ser votados. Começamos a conversar com os Vereadores para que, na próxima realização desta Audiência, nós pudéssemos pautar a votação do projeto em primeira votação. Entendo que, após a primeira votação, nós teremos alguns procedimentos que serão adotados. Um deles, a Vereadora Aspásia Camargo já anunciou no início da Audiência, é a realização de outra Audiência Pública no local, na área do Porto - nós praticamente já tivemos a confirmação de local, acho que até o final da Audiência pode ser anunciado. Conversamos com o Presidente da Câmara no sentido de que essa Audiência seja divulgada através da Imprensa, jornais, rádio, para que haja a mais ampla divulgação e para que as populações que vivem no entorno do Porto possam participar, e para que haja também um comunicado formal às associações de moradores de todas as comunidades em volta.

O Vereador Chiquinho Brazão, que preside a Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara, também já havia manifestado a intenção de realizar uma Audiência Pública em nome da Comissão.

Então, nosso procedimento é de que após a Audiência de hoje nós pudéssemos pautar a votação do projeto em primeira votação para superar uma etapa. Após a primeira votação, nós acreditamos que vários Vereadores vão querer apresentar emendas ao projeto, aprimorar o projeto, pontos de divergência, o que é absolutamente natural e acontece com muita frequência na Câmara. Após a primeira votação, o curso das Audiências Públicas já tem essa primeira marcada pela Vereadora Aspásia Camargo e essa intenção do Vereador Chiquinho Brazão, nós vamos fazer um comunicado na terça-feira a todos os Vereadores que tenham intenção de apresentar emendas, que V. Exas. comecem a preparar e apressar as emendas para que possamos, após a primeira votação, pautar a segunda votação do projeto para que ele receba as emendas. Após receber as emendas, aí vamos ter que abrir um processo de discussão da Câmara com o Poder Executivo e com

a sociedade acerca das emendas que serão apresentadas na Câmara.

Então, eu queria, Sra. Presidente, Srs. Vereadores e cidadãos que estão acompanhando esta Audiência Pública, com essa informação mais ou menos balizar qual o procedimento que estamos pensando em tomar. O que já foi dito pela Vereadora Aspásia Camargo e pelo Secretário Felipe Góes é uma constatação a que nós chegamos. Existe, na verdade, um ponto de concordância em toda a sociedade carioca, classe política, empresarial, os cidadãos, o Governo, de que está na hora desse projeto, que é muito antigo, ser posto em prática. É evidente que temos que tomar os cuidados porque alguns Vereadores, algumas representações da sociedade já manifestaram preocupação com relação a itens do projeto. Então, é justamente em função dessa nossa responsabilidade, desse nosso cuidado, desse nosso espírito democrático de tratar a matéria, que nós estamos antecipadamente anunciando essa intenção do calendário e essa intenção de que, tanto a Audiência de quinta-feira, que será publicada nos jornais, quanto a outra Audiência, tanto na primeira quanto na segunda votação também haja o mesmo procedimento de uma outra divulgação através da imprensa. Com esse procedimento, nós acreditamos que seja possível pautarmos a segunda e definitiva votação do projeto no prazo mais curto possível, porque acreditamos que é um projeto que a cidade, de fato, tem urgência de ver aprovado, mas com a responsabilidade e com a tranquilidade de que uma matéria tão importante quanto essa necessita.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Obrigada, Vereador Adilson Pires.

Agora gostaria de passar a palavra à Vereadora Clarissa Garotinho e registrar a presença da Procuradora Patrícia Félix, que vai substituir o Procurador-Geral. O Vereador Paulo Messina também está presente, muito obrigada.

A SRA. VEREADORA CLARISSA GAROTINHO - Bom dia, Presidente da Comissão Especial do Plano Diretor, Vereadora Aspásia Camargo; membros do Governo; Secretário Felipe Góes, todos que estão presentes hoje aqui.

Nós já vínhamos debatendo este projeto há um bom tempo na Câmara e eu, como Presidente da Comissão Especial de Revitalização da Zona Portuária, também venho discutindo esse projeto, junto com o Secretário Felipe Góes, antes ainda de S. Exa. ser Secretário de Desenvolvimento e Comércio, quando era apenas o Presidente do Instituto Pereira Passos, que já é muita coisa, não é Secretário Felipe Góes?

É claro que todo projeto, quando novo, traz muitas polêmicas e acaba não agradando a todo mundo. Nós tivemos muitos embates na construção desse projeto, mas acho que o mais importante

é que possamos superar as dificuldades, seguindo o conselho do Líder do Governo, Vereador Adilson Pires, apresentando emendas para melhorar o projeto, porque há 25 anos sonhamos - eu ainda era um bebê quando a Cidade do Rio já sonhava com essa revitalização da área portuária. Hoje, nós temos todas as condições favoráveis para isso. Eu acredito que a Câmara de Vereadores precisa dar um passo para aprovar o quanto antes esse projeto. Eu digo isso, Secretário Felipe, porque a Vereadora Aspásia Camargo tem acompanhado essa questão junto comigo. Desde que retornamos do recesso legislativo, esta Casa de Leis não tem conseguido funcionar. Não estamos conseguindo aprovar os projetos, não temos conseguido colocar os projetos em votação, porque há mais ou menos um mês nós não conseguimos ter quórum nesta Casa.

Então, o primeiro apelo que faço - eu faço questão de fazer numa Audiência Pública para que as pessoas que nos elegeram saibam o que está acontecendo - é que os Vereadores deixem de lado as questões políticas para que possamos votar não só as mensagens, como também tantas outras mensagens importantes do Executivo e dos próprios Vereadores.

Como presidente da Comissão Especial de Revitalização da Zona Portuária, eu e o Vereador Alfredo Sirkis, que é o Relator da Comissão, vamos fazer uma reunião na próxima semana, porque elaboramos um conjunto de emendas para tentar melhorar o projeto. Esse conjunto de emendas propõe estimular o uso residencial e de ensino naquela região. Inclui também a construção de uma ciclovia que possa ligar a região portuária ao final do Leblon, uma ciclovia única cortando toda essa região da cidade. Também reconverter o uso de alguns imóveis daquela região para que eles possam funcionar de acordo com as especificações da operação urbana consorciada, para que ela possa estar de acordo com a operação que vai ser feita ali.

Nós também tivemos um conjunto de emendas para que haja um compromisso com a sustentabilidade ambiental e energética naquela região, para que essas construções possam ter reaproveitamento de águas pluviais, uso de aquecimento solar, entre outras questões.

Também fizemos uma emenda para que 5% do valor arrecadado na concessão desses certificados, os Cepac, seja usado para a reforma do patrimônio, a manutenção do patrimônio daquela região e também para que parte desse recurso possa ser utilizado na área do Projeto Sagas. Achamos fundamental, já que não vai ser concedido Cepac na área do Projeto Sagas, que nessa operação os recursos arrecadados sejam usados somente naquela área, que possamos estender isso também para aquela região, para atender aquela área que tem um valor histórico muito importante para nossa cidade.

Então, estamos destinando parte desses recursos também para atender o Projeto Sagas, e também, a questão que foi mais polê-

mica - eu até coloquei isso na reunião que tivemos na Presidência - é que, na verdade, esse projeto está alterando o potencial construtivo da região. Embora seja polêmico, nós entendemos que os imóveis privados são poucos naquela região. Nós acreditamos que podemos dar um tratamento diferenciado a esses imóveis privados. De que forma? Permitindo que a partir do momento em que se iniciar esse leilão dos Cepac e essa operação urbana consorciada seja dado um prazo de no máximo três anos para que nesses imóveis privados fossem construídos prédios residenciais multifamiliares. Então, quem quisesse construir prédio residencial multifamiliar - já que entendemos que é importante ocupar aquela região, trazer moradores para aquela região - pode usar o coeficiente de construção atual, o coeficiente básico atual, podendo também se beneficiar dos demais, pagando só a diferença do adicional do potencial construtivo. Mas no caso de construir prédio residencial multifamiliar, permitiria que esses terrenos que são privados tivessem o mesmo coeficiente de aproveitamento básico. Acho que, dessa forma, conseguimos chegar a um consenso a ser justos com as pessoas que já adquiriram imóveis anteriormente, no Decreto 322, quando o potencial construtivo era um e agora está sendo alterado. Acho que dessa forma a gente encontra um caminho que seja justo e que possa permitir votar o quanto antes esse projeto.

Eu entendo que o projeto tem algumas dificuldades, já conversei sobre isso com diversas pessoas que trabalham no Plano Diretor. O projeto também fere algumas iniciativas do próprio Plano Diretor, mas temos tido dificuldades inclusive para votar o Plano Diretor da Casa. Eu acredito que é importante entender que essa é uma operação emergencial, que esse é um projeto prioritário, é um projeto estratégico para a cidade e, por isso, precisamos encontrar alternativas, mesmo que estejam fora do Plano Diretor, de votar esse projeto com urgência. Porque, por mais vontade política que o Prefeito Eduardo Paes tenha de tocar esse projeto adiante e já tenho escolhido esse projeto como prioritário na intervenção urbanística do seu Governo, nós sabemos que esse projeto não vai ser fácil. Ele depende talvez muito mais do Governo Federal, do Governo Estadual do que da Prefeitura, porque a maior parte dos terrenos naquela região são do Governo Federal ou Estadual e precisará ser incorporada a essa empresa pública que está sendo formada para dar prosseguimento a esse projeto.

Então, quero me colocar à disposição dos técnicos do Governo para estudar essas emendas, falar com o Vereador Adilson Pires, que é o Líder do Governo, para apresentar essas emendas, chegar a um consenso. Nós achamos que são emendas justas, que beneficiam a região e nos facilitam e ajudam a votar esse projeto que é extremamente importante para a cidade com a maior urgência possível.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) - Obrigada, Vereadora Clarissa Garotinho por suas sugestões de emendas. Eu só queria dizer que não temos tido dificuldade nenhuma para votar o Plano Diretor. Nós tivemos dificuldade para receber as emendas do Plano Diretor para poder avaliar e dar nosso parecer. Mas as coisas vão indo bem, estamos num ritmo acelerado e esperamos poder votar o Plano ainda este ano.

Eu gostaria de pedir licença ao Vereador Eliomar Coelho para chamar aqui, antes de dar a palavra ao Vereador, o Sr. Damião Braga, do Quilombo Pedra do Sal, do Bairro da Saúde. Acho que todos temos enorme interesse em ouvi-lo pela importância do significado cultural da sua presença aqui hoje.

O SR. DAMIÃO BRAGA - Obrigada, Vereadora Aspásia Camargo. Bom dia a todos, Vereadores, cidadãos. O Secretário Felipe Góes falou sobre as reuniões que vem acontecendo com a comunidade da Zona Portuária. Eu queria saber que reuniões são essas, quais os locais em que ocorreram e quais foram os participantes. Acho que seria interessante se a Prefeitura disponibilizasse a lista de presença dessas reuniões, porque nós, da comunidade remanescente do Quilombo Pedra do Sal, não temos nenhuma informação quanto à realização dessas reuniões sobre o Porto Maravilha.

No início de janeiro, assim que o Prefeito Eduardo Paes tomou posse, nós fizemos uma proposta ao Governo apresentando todo o histórico da comunidade Pedra do Sal, dizendo qual era nosso território e quais os caminhos que poderíamos traçar para melhorar, discutia o Plano Diretor e até mesmo o projeto de revitalização da Zona Portuária, que nós, como algumas pessoas que estão aqui no Plenário, como Nina Rhaba, o próprio Antônio, o Vereador Eliomar Coelho, já vínhamos discutindo essa proposta, fizemos algumas apresentações ao Prefeito, mas até o momento não tivemos retorno.

Eu também queria falar sobre o que é apresentado com relação aos galpões ao lado da Cidade do Samba, onde está hoje a Vila Olímpica. Na época do Governo Cesar Maia e do então Secretário Sirkis, nós apresentamos uma proposta. Quando o Governo apresenta a construção da Cidade do Samba, na verdade, ele teria que dar uma contrapartida à comunidade portuária. Então, apresentamos um projeto educacional, cultural e esportivo. Qual seria o equipamento esportivo? Seria a Vila Olímpica da Mangueira. E o equipamento educacional? Seria um colégio de ensino médio diurno, já que na Zona Portuária nós não temos um colégio de ensino médio. O colégio mais próximo que essa comunidade tem fica em São Cristóvão. Nós temos equipamentos federais, que é o Pedro II, na Rua Camerino com a Marechal Floriano, mas que, na verdade, não atende a comunidade. Ele tem um processo muito seletivo. A nossa comunidade - não desmerecen-

do, não dizendo que nós somos coitados, mas os equipamentos educacionais que temos na região pertencente ao município tem uma qualidade muito baixa e dificilmente esses jovens conseguirão ter acesso ao Pedro II, que seria o equipamento educacional mais próximo.

Eu cheguei já no meio dessa apresentação e vi que você apresenta que nos dois galpões seriam criadas escolas técnicas, uma de audiovisual e a outra de restauro. Esses dois equipamentos educacionais seriam criados para atender a população local ou para atender outra clientela? Porque o projeto que apresentamos originalmente e que hoje tramita no Governo do Estado, que é através do processo E039491 de 2002, o qual apresentamos a Secretaria de Educação do Estado, não avança, na verdade, por uma má vontade da Prefeitura naquele momento. Agora é que a gente vê que o Prefeito Eduardo Paes está tão disposto a revitalizar a região, que poderia até acatar esse nosso projeto, já que esse equipamento educacional atenderia a 1.500 jovens. Nós temos ali anualmente na região, do ensino fundamental, em torno de 600 adolescentes. Essa escola abrigaria toda a clientela do ensino fundamental da região portuária e mais o entorno. Diminuiríamos bastante o *déficit* de equipamentos educacionais no Estado e até mesmo a própria violência que existe na região dando educação aos jovens, dando uma alternativa que não seja ficar na rua.

O equipamento cultural seria a Pedra do Sal. Hoje a gente vem tocando as atividades na comunidade sem nenhum investimento, sem apoio do Poder Público. Pelo que eu pude ver, vocês mencionam a Pedra do Sal, mas continuam invisibilizando a comunidade que ali existe. Ali existem seres humanos, ali também existem cidadãos. Em momento algum se menciona as pessoas que ali moram. Acho que revitalizar não é somente investir na estrutura e arquitetura dos imóveis, mas também é preciso pensar nas pessoas que ali vivem. Gostaríamos de ter acesso a esse projeto. Até mesmo para a gente ter conhecimento e saber o que a gente vai estar discutindo. E quando o Vereador Adilson Pires menciona fazer uma votação, faz-se a votação porque não se conseguiu entender direito.

Como seria isso?

E logo após seria convocada a Audiência Pública. Eu acho que poderia ser o contrário. Faríamos outras Audiências Públicas, tantas quantas fossem necessárias, até que a população lá, residente, tivesse conhecimento do que os nobres Vereadores estariam discutindo aqui nesta Casa.

Então, eu acho que primeiro a gente deveria estar fazendo outras Audiências, assim que a gente conseguisse ter o entendimento do que é esse Projeto Porto Maravilha. Eu acho que a Casa já poderia estar apreciando a matéria. Eu não vou me estender, para outros falarem.

Muito obrigado.

Bom dia a todos.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Eu não sei se o Secretário de Patrimônio não gostaria de dar uma palavra. Eu também tenho uma pergunta aqui sobre a Escola Vicente Licínio Cardoso, que é de ensino médio, naquela área. Não funciona mais? Ou como é que está sendo vista esta questão? Outra coisa também são as Escolas do Amanhã. Normalmente estão sendo alocadas nessas áreas, que são áreas de comunidades. Só uma pergunta para esclarecer melhor a situação da área e pedir ao Subsecretário que se pronuncie a respeito do que foi dito aqui. Está de qualquer maneira confirmado que nós teremos quinta-feira às 18h30, no local que vamos determinar especialmente ao senhor também, lógico, o local onde vamos ter essa Audiência Pública.

Por favor, Subsecretário.

O SR. SUBSECRETÁRIO WASHINGTON MENEZES FAJARDO – Bom dia! É um prazer, uma honra. Saúdo todos os Vereadores, em especial, a Vereadora Aspásia Camargo.

As colocações que foram feitas são muito importantes.

Eu gostaria de dar um panorama sobre a relevância desse equipamento que é a Escola de Recital. Na perspectiva, que a Cepac possibilitou a produção de recursos financeiros que estão condicionados à aplicação na área. Uma Emenda muito feliz que eu pude ouvir da Vereadora Clarissa Garotinho – a perspectiva de um percentual desses recursos de serem destinados à recuperação do patrimônio existente na área. A gente pode falar de uma mudança significativa de paradigma na Cidade em relação à recuperação do patrimônio. A quantidade substancial dessa demanda de recuperação de patrimônio cria uma necessidade de formação de pessoas, de formação de profissionais para lidar com esse próprio grande canteiro de patrimônio que passa a surgir na Cidade.

Então, nesse sentido, é estratégico e muito importante não só para a comunidade local, mas num cenário inclusive mais adequado para toda a Cidade do Rio de Janeiro termos um equipamento de grande porte orientado para a ação de restauro. Chamo a atenção para que a própria obra de restauro já possui por si só a possibilidade de formação de educação. Associado a esse salário de recuperação do patrimônio histórico, que teremos na região, junto com o equipamento, como numa escola de restauro, podendo abraçar essa comunidade local, podendo abarcar toda essa demanda que passa a surgir na área. A gente tem realmente, concretamente, um cenário muito positivo. Positivo por quê? Porque logo poderemos, de fato, recuperar esse patrimônio e também poderemos fazer um processo de inclusão econômico que é fundamental na área.

Eu gostaria de fazer um comentário nesse sentido, no que se fala sobre revitalização da área portuária. Na verdade, isso pode aparecer muito bem na apresentação que o Secretário Felipe realizou.

Estamos, na verdade, nos atendo a uma cidade que o século XX produziu, o aterro que foi realizado no início do século XX, concluído em 1906. Esse aterro, pela sua característica de monofuncionalidade econômica, pelo seu uso dos galpões, hoje produz para a cidade um grande passivo, mas que se pode converter num grande potencial. Isso fica visível nas apresentações, quando observamos a diferença entre a área histórica, que possui uma grande vitalidade, vitalidade essa estudada por arquitetos, urbanistas da Prefeitura. Então, existe uma vitalidade na área. Essa vitalidade está presente nessas comunidades locais. O Executivo não está insensível a esta presença, muito pelo contrário. Na verdade, o de que precisamos é reiterar a colocação do Secretário Felipe. Em 1979 se iniciaram os trabalhos para a criação do corredor cultural e das Sagas, que protegem Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Em 1979, arquitetos urbanísticos da Prefeitura tomavam essa iniciativa. O corredor cultural é promulgado em 1984. É uma lei. Em 1986 surge o órgão de Patrimônio no Município. Essa é uma situação importante, porque é uma situação de vanguarda urbanística da Cidade do Rio de Janeiro, na medida em que ela cria um órgão de Patrimônio, que surge a partir de uma leitura da Cidade. Numa diferença fundamental entre o Patrimônio que é criado na década de 30 do Iphan, dentro de uma visão modernista, que atenta a proteção dos imóveis. Então o Patrimônio, na esfera Municipal do Rio de Janeiro, tem, desde sua origem, a preocupação com a Cidade. Na verdade, a recuperação do Porto se iniciou em 1979. Esses estudos, essas proteções e as leis que foram feitas, foram fundamentais para manter identidade, caráter com a presença dessas comunidades locais que estão lá até hoje. Essa é uma característica única na nossa área portuária. Nós olhamos sempre os modelos internacionais e devemos olhar, mas temos no caso do Rio de Janeiro uma originalidade fundamental. E o Executivo, de modo algum, está cego a esse potencial.

Fico muito feliz com essa Emenda, Vereadora, porque traz, de fato, a possibilidade concreta de podermos reverter substancialmente o cenário de proteção desse casario. Inclusive com que esses proprietários possam realizar essa recuperação. Esse é um aspecto fundamental para que essa comunidade se sinta primeiro, respeitada, dignificada e, mais importante do que tudo isso, que possa permanecer no local. Associada a isso, a uma Escola de Restauro, nós temos aí um moto contínuo muito importante para essa área.

Eu queria então fazer essa colocação pelo aspecto do Patrimônio – o potencial que temos com o Porto Maravilha de iniciar na Cidade.

(Assume a Presidência o Sr. Vereador Roberto Monteiro, Relator da Comissão)

O SR. PRESIDENTE (ROBERTO MONTEIRO) – Vou passar a palavra ao Sr. Secretário Felipe Góes, para que S. Exa. possa dar uma resposta desde já.

Então, o próximo inscrito será o Vereador Eliomar Coelho.

O SR. SECRETÁRIO FELIPE DE FARIA GÓES – Eu queria só fazer um esclarecimento aqui sobre as colocações que foram feitas sobre as reuniões que aconteceram. Temos as listas de participantes, as atas de reuniões, ou seja, temos todo esse material e podemos, com certeza, disponibilizá-lo. Vou colocá-lo na *Internet* e posso disponibilizar uma cópia para V. Exas. Tem havido uma participação muito intensa da comunidade, e temos tudo isso registrado. Então, vou disponibilizar tudo isso para todos os participantes.

Em relação à questão das escolas técnicas, apenas para complementar a colocação, acho que a nossa visão em relação ao uso do atual projeto converge com a visão aqui apresentada, que é exatamente a de se ter a possibilidade do convívio, na Vila Olímpica da Gamboa, do esporte com o ensino técnico – a escola técnica nos dois galpões para a população local. É importante que se diga que a escola é para a população que vive naquela região, assim como a própria Vila Olímpica.

Então, eu queria deixar isso bem claro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ROBERTO MONTEIRO) – Para fazer uso da palavra, convido o Vereador Eliomar Coelho.

Comunico que a próxima Audiência ficou programada para a data de 17 de setembro, às 18h30, no INT (Instituto Nacional de Tecnologia), situado na Avenida Venezuela, 82, no auditório do 4º andar.

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO – Nobre Vereador Roberto Monteiro, que preside os trabalhos desta Audiência; membros do Executivo e, infelizmente, demais membros que não estão presentes, mas que, de qualquer maneira, quero saudar; companheiros e companheiras deste Plenário e os que também ocupam as dependências das galerias; funcionários da Casa; Imprensa, eu não poderia deixar de louvar a iniciativa do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro de retomar a discussão deste projeto de revitalização da Zona Portuária, assim como a iniciativa da nobre Vereadora Aspásia Camargo, Presidente da Comissão que faz a revisão do que eu chamo sempre, entre aspas, de “Plano Diretor”, de promover esta Audiência Pública. Dirijo-me a todos os presentes, mas gostaria de ter uma atenção especial dos estu-

dantes de arquitetura de várias escolas que estão aqui. Tenho a impressão de que é um grande ensinamento que está posto aqui para nós como desafio e como oportunidade de conhecer aspectos da Cidade.

Ouvi atentamente o companheiro Damião. Achei excelente o Projeto do Porto, que busca trabalhar uma reconversão dos usos daquela área. Devemos, inclusive, começar a fazer uma reconversão dos procedimentos exatamente para discutir este projeto. É uma enorme intervenção na Cidade do Rio de Janeiro. Os senhores não avaliam a dimensão, o que significa isso, se trabalharmos só a questão da revitalização da Zona Portuária. Porque ainda tem dois projetos que compõem um conjunto para nós discutirmos nesta Casa: um cria uma companhia para administrar essa região da Cidade, com um regime próprio para administrá-la; e o outro trata exatamente da isenção de impostos.

Então são coisas seriíssimas. Para terem uma noção, o Plano Diretor que a Cidade do Rio de Janeiro tem é de 1992 e foi trabalhado pelo Executivo da Cidade do Rio de Janeiro por mais de um ano, com várias equipes e a promoção de várias audiências públicas, para depois fechar exatamente como você disse, Damião, no tocante a este também: fechar o projeto e enviá-lo para esta Casa para discussão e votação. Esta Casa também teria e tem de fazer várias audiências, não uma só. Entendo isto aqui como a apresentação, apenas a apresentação do projeto para que estas pessoas que estão aqui tenham conhecimento e inclusive façam um trabalho de divulgação, para nas futuras audiências existir uma afluência maior. Queremos que a sociedade participe da discussão disto aqui, senão ela pagará um preço muito alto.

Quando fizemos o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, dividimos esta Cidade em 55 Unidades Espaciais de Planejamento. Para cada uma, definimos e fixamos no próprio Plano Diretor que se deveria fazer um Projeto de Estruturação Urbana, que é exatamente a organização no nível micro da Cidade. E esse PEU deveria ser feito com a participação efetiva dos moradores, o que significa praticamente, que o Executivo deveria lançar uma campanha, inclusive gastando dinheiro, porque tem recursos para isso. Essa campanha na mídia, na televisão mostraria à população o que significa isso para a vida da Cidade, dos habitantes da Cidade, e que tem de ter a participação de todos, porque, se não tiver a participação de todos, a coisa começar a complicar.

Então, o Plano Diretor foi trabalhado por mais de um ano, e participo da discussão desse Plano Diretor desde 1978, quando entrei para esta Casa como Vereador. Saturnino Braga era o Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, e o Secretário de Urbanismo era o Arquiteto Flávio Ferreira. Discuti várias vezes exatamente com a Secretaria, com os moradores da Zona Portuária naquela época. É claro que a coisa fica no esquecimento. Entra o outro Prefeito, a coisa é retomada, entra o outro, e estamos em mais uma retomada desse processo agora. Há um acúmulo de conhe-

cimento sobre essas questões, e é claro que temos de colocar isso para que realmente seja viabilizado na prática. Depois, teve a intervenção, na época em que o Sr. Conde era Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, no Morro da Conceição. Foi feito um convênio da Prefeitura do Rio de Janeiro com a Prefeitura de Paris, que trabalhou exatamente a reabilitação do Morro da Conceição, o que levou cerca de dois anos, incluindo conversas com os moradores, discussões etc. Mais recentemente, num convênio da Prefeitura do Rio de Janeiro com a Prefeitura de Paris, com o Ministério das Cidades e com a Caixa Econômica, trabalhou-se a reabilitação de São Cristóvão. Em dois anos, ainda não foi concluída. O Morro da Conceição ficou num livro, aliás um livro muito interessante para quem estuda e gosta desse assunto. Essa última etapa está em um livro, mas ainda não concluído. Quer dizer, de realização, de fato, nada.

É claro que estudo e tenho uma preocupação com as áreas centrais das cidades. Participei de reuniões com Jovi Borja, que era Vice-Prefeito de Barcelona, tocou exatamente todo o processo de revitalização de Barcelona e inclusive trouxe isso para cá. Desde aquela época, participo de reuniões, discutindo esse tipo de assunto. Conheço perfeitamente as duas intervenções que foram feitas em Belém, a Estação das Docas e outra que se chama “Ver o Rio”. Por incrível que pareça, em Belém o fundo das casas é que dá para o rio, não é a frente. Então, foi feito todo esse trabalho. A Estação das Docas é um projeto cultuado. O Projeto Ver o Rio, trata da reabilitação de toda uma região, de toda uma área, e aí há, realmente, envolvimento e usufruto por parte da população, porque a Estação das Docas tem um processo seletivo e de afastamento social. Tem um outro projeto de reabilitação interessante em Fortaleza, o “Dragão do Mar”, e temos também o exemplo de São Paulo. Inclusive, o Prefeito se espelha muito nas intervenções feitas em São Paulo por utilizarem operações urbanas consorciadas, que são exatamente a Água Espraiada e a Faria Lima. Só que o que o Prefeito diz não vai corresponder à verdade, porque lá a coisa foi totalmente diferente. Inclusive, no livro “Parceria e Exclusão”, cuja autora é Mariana Ficks – é a sua tese de mestrado –, ela descreve o que foi aquela operação. Então, cada Vereador aqui deveria ler esse livro, até para começar a entender melhor o que seria esse projeto do Porto do Rio. E esse Puerto Madero... Conheço isso tudo, porque sempre tive interesse. Conheço Nova Iorque, o que existe por aí, essas intervenções.

Então, é por isso que eu acho que isto aqui é o início do processo, do qual comungo. Assisti à intervenção inicial da nobre Vereadora Aspásia Camargo, por ocasião da abertura dos trabalhos. Eu estava em uma reunião, mas fiquei com um olho na reunião e um ouvido... Então, ouvi exatamente, por exemplo, a nobre Vereadora dizer que existiam pessoas que desejavam um alongamento desta discussão. A nobre Vereadora também disse

que havia terminado de ouvir uma preleção do Vice-Governador, que falou sobre desgovernança. Então, quero dizer que desgovernança é exatamente o resultado da pressa e o não alongamento da discussão de determinadas coisas que são importantes para as nossas vidas. E isso em relação a tudo, não apenas ao Porto, ao Plano Diretor, a isto ou àquilo.

Assisti à nobre Vereadora Clarissa Garotinho, por quem tenho o maior respeito e carinho. Sua Excelência estava aflita, querendo que houvesse uma pressa nossa, que não se retardasse isto ou aquilo. Mas sabemos que o apressado come cru, que a pressa é inimiga da perfeição. Então, um projeto desta natureza deve ser exaustivamente discutido. Não podemos, de forma alguma, ficar numa apresentação. Porque isto aqui é uma apresentação. Não podemos afirmar que a sociedade está discutindo este projeto. Não podemos dizer isso. É sair zombando da inteligência dos outros.

Bem, já acendeu a luz. Geralmente, quando presido Sessões aqui, principalmente audiências públicas, às sextas-feiras, quando não se tem Sessão Plenária, vou até... porque dou oportunidade de manifestação a todos, sem limite de tempo. O apresentador do projeto esteve aqui e falou por três horas, e depois você tem 10 minutos para falar. Quer dizer, depois de uma apresentação belíssima... Quer até dar-lhe os parabéns pela apresentação, mas isto tem de ser feito outras vezes, até para as pessoas assimilarem o que está sendo exposto, o que está sendo dado como informação, para você trabalhar em cima do projeto – não pode ser em cima de uma apresentação desta – e exigir que cada um tenha o conhecimento já para discutir de forma profunda aquilo que foi apresentado, por exemplo, os projetos de que falei.

Há um projeto que cria uma companhia para administrar uma determinada região da cidade, e daqui a pouco a cidade estará totalmente privatizada. Isso é privatização do espaço urbano público – nada mais, nada menos do que isso. Vejam o que estou dizendo: é complicado isso aí.

Há também a isenção de impostos. Vai se fazer um edifício de 50 pavimentos e não se vai pagar nem IPTU nem ITBI. De onde virão os recursos, se o Cepac é um título imobiliário jogado no mercado financeiro, cujo objetivo é aproveitar a valorização da terra, por conta das exigências que foram eliminadas para se edificar no local? Então, como vamos arrumar recursos?

Minha primeira pergunta... Inclusive, a intenção é saber quem são os autores do nosso projeto. Os autores do projeto – é a primeira pergunta. Porque só vi aqui como projeto do Executivo. Não há profissionais. Quero saber os nomes dos profissionais, porque a Prefeitura, em matéria de urbanismo, tem profissionais qualificados e muito competentes, que conhecem a fundo esta Cidade e sabem como trabalhá-la da melhor maneira possível, no sentido de garantir a qualidade de vida para os moradores. Então, quero saber quem são os autores.

Outra pergunta que faço: quem vai financiar? Porque o Cepac, como título imobiliário, jogado no mercado financeiro, é uma operação de risco – pode dar certo ou não –, mas há um investimento inicial.

A história das corporações urbanas – é bom que se diga - começou exatamente com o Governo do Mário Covas, quando Prefeito da Cidade de São Paulo. Foi lá que começou essa história, porque o Prefeito resolveu fazer uma reabilitação de determinadas áreas da Cidade. Só que chegaram à conclusão, ao final, com o projeto todo pronto, de que, para colocá-lo em prática, concretizá-lo, a Prefeitura não tinha dinheiro suficiente, e aí, inclusive, não houve essa realização. Depois, entra o Jânio Quadros, que cria a Lei do Desfavelamento, e já começa a surgir a necessidade de uma parceria com o setor privado para viabilizar o projeto. Depois, entra a Luiza Erundina e faz as operações urbanas. De cinco, três foram realizadas. Foram exatamente a Água Espraiada, a Faria Lima e a Anhangabaú. Dessa terceira ninguém fala. Sabem por quê? Fez-se toda a reabilitação da área, a revitalização e a preservação – esses têm de ser os componentes –, e, além disso, alavancou-se a dinâmica econômica na área. Mas quem se beneficiou com isso? Exatamente quem já tinha residência lá – os moradores da área –, quem tinha seus negócios lá, ou seja, as pessoas que estavam assentadas. Quem estava assentado foi beneficiário.

Porém, isso aí não é considerado sucesso como operação urbana. A operação urbana consorciada só é considerada bem-sucedida quando abre as portas, escancara tudo para o setor imobiliário auferir os seus lucros, inclusive de maneira escandalosa e imoral. Da mesma forma, não tivermos cuidado com a discussão, votação e aprovação desta matéria aqui, é o que vai acontecer: vamos criar exatamente essa condição, essa oportunidade para, de forma imoral e escandalosa, o setor imobiliário deitar e rolar.

Se você vê o projeto, se você lê o projeto, parece que não mora ninguém lá, porque não se fala nas pessoas que moram lá – essa é a verdade. E nós temos exemplos: em Salvador, no Pelourinho, de onde expulsam as pessoas; em São Paulo – Água Espraiada –, puseram para fora, na base do chicote da Polícia truculenta, mais de 20 mil famílias. Sempre pergunto: como é que fica, então, essa população que reside hoje em toda essa área?

Temos aqui a Urbanista e Arquiteta Nina Rabha, que já foi até administradora daquela área, muito cuidadosa no seu trabalho. O Largo de São Francisco da Prainha, é uma maravilha, e, seguindo, chegamos à Pedra do Sal. Temos também o Cemitério dos Pretos Novos, o Valongo, o Valonguinho e aquele casario, aquele conjunto habitacional que foi projetado pelo companheiro que trabalhava com o Lúcio Costa.

Vou concluir, lendo as minhas preocupações para serem publicadas, e vou passá-las, depois de lidas, para o apresentador do

projeto. Aí eu encerro. Não vou fazer... Mas não é que a Audiência Pública, para discutir com a sociedade um projeto desta grandeza, deva ser desta maneira, ter este formato. O formato tem de ser reconvertido, já que se está falando de reconversão. É isto: reconversão da discussão sobre este projeto, uma intervenção urbana enorme na Cidade do Rio de Janeiro.

(LENDO)

Como foi elaborado o diagnóstico técnico da região? Onde estão os dados sobre as propriedades dos terrenos da região?

A Prefeitura não apresentou, até agora, um cronograma básico das intervenções tanto da fase um quanto da fase dois. Em quantos meses, uma vez aprovados os projetos, seriam iniciadas as grandes obras da fase dois?

A viabilidade financeira é outra coisa complicada: o Cepac é o instrumento para capturar a valorização da terra urbana naquela área e ele será lançado num valor bem abaixo, por exemplo, dos valores de São Paulo (no Rio o valor mínimo será de R\$ 400, em São Paulo era de R\$ 1.200). Como pretende a Prefeitura, arrecadar os R\$ 3 bilhões antes da execução das obras? Como essa captação de recursos será sincronizada? Será que não ficaremos à mercê dos famigerados Termos Aditivos?

Isenções de IPTU e ITBI para os empreendimentos da CDURP (Prédios de até 50 andares com isenção de IPTU e ITBI!!!) – Quanto deixará de ser arrecadado com a isenção desses impostos? Há algum estudo da Secretaria Municipal de Fazenda sobre as perdas para a Cidade?

Ora, como o Cepac é um instrumento do mercado financeiro, de caráter eminentemente especulativo, os impostos sobre a terra urbana e as transações imobiliárias seriam a principal fonte de recursos para compartilhar eventuais ganhos dessa operação para o resto da Cidade. Dando tamanhas isenções, perde o povo do Rio de Janeiro e ganham os parceiros da futura CDURP, ou seja, os grandes “jogadores” do mercado imobiliário transformado em ativos financeiros.

Qual é a posição da Prefeitura com relação ao processo de reconhecimento da Comunidade Pedra do Sal como remanescente de quilombo? Até agora, em nenhum momento, a Prefeitura se pronunciou sobre isso oficialmente.

Hoje, na Região da Zona Portuária, circulam centenas de linhas de ônibus intermunicipais, em diversos terminais que são fundamentais para os trabalhadores e trabalhadoras do Centro da Cidade. Como as intervenções no sistema viário vão viabilizar a permanência ou a melhoria dessas linhas?

Como estão pensados os Estudos de Impacto de Vizinhança para a Operação Urbana da Zona Portuária? Se essa questão for tratada com a seriedade que merece, demandará um amplo estu-

do, que custará meses de trabalho e recursos consideráveis. Os estudos serão feitos para a operação como um todo?

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Encerro aqui as minhas considerações. Espero que, realmente, tenhamos sucesso, desde que haja a reconversão dos procedimentos adotados para a discussão deste projeto.

Muito obrigado.

(PALMAS)

(Reassume a Presidência a Sra. Vereadora Aspásia Camargo, Presidente da Comissão)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada, Vereador.

Nós vamos agora passar a palavra ao Sr. George Ellis, da Ideias Net S.A.

O SR. GEORGE ELLIS – Bom dia a todos.

Eu sou fundador de uma empresa chamada Ideias Net S.A. A Ideia Net é uma empresa que tem investimentos em 18 companhias de tecnologia. Tecnologia, para nós, é o futuro desse País; é onde estão todos os jovens. Parece que há muitos estudantes de arquitetura aqui. Eu queria, então, dar a informação de que a arquitetura é o setor que detém a maior tecnologia possível e imaginável. Arquitetura se faz com tecnologia.

Há três meses, eu visitei a Cidade de Recife. Curiosamente, ninguém falou de Recife. Lá, eu conheci o Porto Digital de Recife. Uma situação muito parecida com o Rio de Janeiro, onde o porto estava totalmente abandonado; o porto estava dilapidado e lá se criou o Porto Digital de Recife. Sua criação foi feita por um professor da Universidade de Recife chamado Sílvio Meira. Ele, junto com outros professores da faculdade, começaram a desenvolver o Porto Digital de Recife. O que é esse Porto Digital? São 120 empresas; milhares de jovens trabalhando dentro de empresas sediadas no Porto Digital de Recife. Quando eu saí de Recife, peguei o avião, voltando para o Rio de Janeiro, depois de ter conversado com toda aquela garotada, pensei “Caramba. Eu tenho orgulho de ser brasileiro. Porque esse pessoal fez, aqui em Recife, e ninguém conhece, um Porto Digital, com 120 empresas. Estão trabalhando. Estão fazendo coisas incríveis nesse Porto Digital”. Tinha uma menina, que eu encontrei em um corredor... o Sílvio Meira falou assim: “Ela faz *chip*”. Eu perguntei: “Ela faz o quê?”. “Ela faz *chip*!”. Ela chegou perto de mim e disse: “Olha, eu fiz um *chip*, agora, para colocar dentro da Bateria Moura”. A Bateria Moura é essa que faz a propaganda dizendo que é a “bateria inteligente “. Agora, ela é inteligente. E quem

está fazendo ela inteligente é uma menina de vinte e pouco anos, lá do Porto Digital de Recife.

Voltando para cá, eu vim no avião pensando: “Será que nós não conseguimos, no Rio de Janeiro, a Cidade em que nasci, que eu amo, onde eu tenho a minha empresa, que é uma empresa carioca de capital aberto na Bolsa de Valores, será que eu não consigo – vamos dizer – reeditar o que foi feito lá em Recife e fazer aqui, no Rio de Janeiro, vários núcleos dentro do porto?”. Traria essas empresas nossas, cariocas... eu tenho várias empresas, da empresa que eu participo, que estão em São Paulo – elas fugiram para São Paulo por causa dos impostos. Será que a gente não consegue trazer essa gente para cá? Isso é uma coisa muito rápida. É gente querendo trabalhar. É gente jovem querendo trabalhar.

Então, eu procurei o Instituto Pereira Passos. Tivemos uma reunião lá. Eu disse: “A Ideias Net quer ser parceira e aliada nesse negócio. Nós queremos dar a legitimidade de tecnologia para trazer empresas jovens que queiram vir de São Paulo, de onde quer que elas tenham fugido, para o Rio de Janeiro!”.

Então, eu queria trazer para vocês, primeiro, a consciência de que existe uma coisa muito bem feita no Nordeste, que se chama Porto Digital de Recife, com 120 empresas, que eu gostaria muito que fosse a entidade irmã de um possível Porto Digital do Rio de Janeiro, que seria colocado aqui no Porto Maravilha.

A Ideias Net está pronta para colaborar no que for necessário. A Ideias Net não auferir lucro algum. Ela não quer tomar nada de ninguém. Ela quer trazer oportunidades para gente jovem trabalhar aqui, no nosso Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada, Sr. George Ellis.

Eu acho que essa vocação do Centro da Cidade é uma coisa gloriosa. É preciso que haja esse empenho em trazer a tecnologia de ponta para o Rio de Janeiro, em trazer emprego para os jovens e trazer bons negócios na área digital e empresas que possam se multiplicar.

Obrigada pela sua intervenção.

Eu chamaria agora a Eliane Barbosa, Diretora da Companhia Docas do Rio de Janeiro.

Nós estamos lidando com uma área degradada, uma área decadente, uma área que está perdendo população há várias décadas e uma área que está perdendo recursos. É preciso que isso fique claro, também. Nós temos que construir o melhor, para garantir que o projeto dê certo.

Senhora Eliane.

A SRA. ELIANE BARBOSA – Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar os presentes, na pessoa da Vereadora Aspásia Camargo, que é uma companheira de lutas, na questão ambiental, de muitos anos, a quem eu faço muito gosto de estar revendo, e ao Felipe, que é o nosso líder aqui nesse projeto do “Porto Maravilha”.

Na qualidade de Diretora da Companhia Docas do Rio de Janeiro, e representante da Secretaria Especial dos Portos, na pessoa do Ministro Pedro Brito, eu gostaria de trazer a essa plenária a reafirmação do compromisso da Companhia Docas em todo o projeto do “Porto Maravilha”.

Como vocês sabem, a Companhia Docas é uma sociedade de economia mista. Portanto, ela é hoje a responsável, proprietária de uma grande parte da Área da Zona Portuária do Rio de Janeiro, tanto daquela área que nós chamamos de Porto Urbanizado, que é onde toda a atividade portuária se dá, que é a costa, incluindo o Píer Mauá, o Cais do Caju, de São Cristóvão, da Gamboa, como também do que nós chamamos de Área de Retroporto, a retroárea, que é a área interna. A Companhia Docas possui esses imóveis e, junto com eles, ela recebeu, e tem como responsabilidade, um passivo muito alto – um passivo trabalhista, cível, questões de dívida ativa, que nós temos –, que nós estamos trabalhando... essa é uma herança de tempo, ainda, do Império e, realmente, com o término da Petrobras, a Companhia Docas assumiu esse passivo. Mas assumiu com coragem e, principalmente nessa administração, com a determinação de recuperar as atividades portuárias no nosso Estado.

A atividade portuária é de fundamental importância. Ela é a segunda maior arrecadadora no nosso Estado. Ela não pode ser considerada como uma atividade secundária; ela é primária, sim. A Docas é a autoridade portuária do Estado. Ela controla os quatro principais portos – Itaguaí, Niterói, Rio de Janeiro e Angra dos Reis. São quatro portos em operação, tanto de cargas quanto terminais de passageiros, como é o caso do Rio de Janeiro.

Essa importância de Docas no Projeto “Porto Maravilha”, eu acredito que se revestiu, principalmente, no acordo e no estabelecimento da parceria público privada. É um acordo que está sendo honrado... primeiro, quando foi assinada a cessão do Píer Mauá para Prefeitura do Rio de Janeiro, para que nós encontrássemos, juntos, União, Governo do Estado e Prefeitura, uma melhor utilização da área que, hoje, é chamada de Píer Mauá, que é aquele prolongamento que se tem mar adentro, e que hoje está sem utilização nenhuma. Nós já vivenciamos vários projetos para aquela área. Eu acredito, que agora, ele efetivamente será uma realidade. Está sendo o nosso ponto de partida. Inclusive, não só com o Poder Público e a Companhia Docas, mas também junto com os arrendatários daquela área, como o Píer Mauá S.A., que é arrendatária do terminal de passageiros.

O segundo passo dado, que considero de extrema importância, foi do acordo feito entre o Governo do Estado, a União e a Pre-

feitura, com o apoio da Fundação Roberto Marinho, no momento em que Docas cede o Armazém cinco e seis para a construção, pela Fundação Roberto Marinho, do Museu do Amanhã. Isso é uma demonstração clara da intenção e da efetividade de se consorciar uma atividade de operação portuária de logística e de operação de terminais e de cargas com atividades culturais, com atividades sociais. Então, eu acredito que o Museu do Amanhã foi o primeiro passo, sim. Eu tenho conversado longamente com a equipe, tenho participado pessoalmente, fui incumbida disso, vim para a direção de Docas com essa incumbência de que atuasse nessa intermediação entre os três poderes e mais a sociedade para poder transformar o Projeto Porto Maravilha numa realidade. Se você hoje olhar para todos os imóveis que pertencem à Docas, você vai ver o estado de degradação, infelizmente, uma janela e uma porta, uma fachada do nosso Rio de Janeiro de extrema pobreza, de degradação, de uma atividade marginal, situações essas que podemos inverter, com certeza, se trabalharmos verdadeiramente em parceria.

Então, o compromisso da Docas vai além do que simplesmente ceder imóveis e negociar imóveis. É uma parceria no sentido de buscar qual seria o melhor uso, o que poderíamos estar trazendo no sentido de melhorias nas atividades que nos são inerentes como autoridade portuária. Mas também foi falado aqui muito da questão educacional. Eu sou funcionária pública há 37 anos. Já sou aposentada. Sou aposentada pelo Governo do Estado na área ambiental. Mas o que é mais importante, acabei de atuar junto à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, onde vivi de perto a questão da criação das áreas digitais, da *Internet* gratuita para toda a população e estou vivendo e convivendo com a realidade do Porto Digital. O Porto Digital já está sendo pensado, já virou uma realidade, não só na Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, mas também junto à Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, com nosso Vereador Rubens, que vêm trabalhando junto às universidades para que agora, com o evento da Baixada Digital, a última implantada, possa também incluir o Porto Digital e passar a absorver incubadoras e todas as outras empresas que queiram atuar. Então, acho que esse foi um passo importante.

Outro passo importante que eu gostaria de comentar aqui é a questão das escolas técnicas profissionalizantes. A Secretaria de Ciência e Tecnologia, que tem como unidade vinculada a Faetec, é uma fundação de escola tecnológica, profissionalizante, de ensino médio, técnico mesmo, e está sendo prevista toda uma área profissionalizante para a população, em vários níveis, inclusive com a implantação dos centros vocacionais tecnológicos, os CVT, dentro da área do porto, direcionada para atividades portuárias, tanto na parte de turismo, do atendimento ao turista que chega ao Rio de Janeiro, como é atendido, de que forma é orientado, até mesmo para um curso profissionalizante do operador

portuário. Hoje é uma realidade totalmente diferente daquele operador portuário do passado. Os estivadores do passado, com o advento da tecnologia, da informação, não são mais estivadores do futuro.

Então, o que nós queríamos trazer para Docas é o futuro. É o futuro da tecnologia, é o futuro da revitalização e das suas áreas de operação portuárias que não podem deixar de acontecer porque são elas que garantem os recursos para o nosso Estado, mas que podem, sim, ser consorciadas com atividades culturais, com atividades sociais, tendo sempre como base o Projeto do Porto Maravilha. Que Docas não faça nenhuma ação que não seja uma ação coordenada e em conjunto. E Docas se coloca mais uma vez à disposição, e reafirma o compromisso dessa parceria, tanto para a Prefeitura do Rio de Janeiro com o Governo do Estado e com a União. Obrigada.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada, Dra. Eliane. Eu passo agora a palavra ao Vereador Roberto Monteiro, que é Relator desta Comissão, a Comissão do Plano Diretor. Com a palavra.

O SR. VEREADOR ROBERTO MONTEIRO – Senhora Presidente, eu estou pedindo para falar agora, antes que a gente possa ouvir a palavra depois do Secretário Felipe Góes, e ainda alguns companheiros que vão se manifestar. Eu sempre digo que nessas audiências públicas o mais importante é a gente acumular com as próprias pessoas da Cidade, das entidades presentes representativas, enfim, associações de moradores, para que a gente possa acumular, para que a gente possa, ao votar um projeto, um projeto de magnitude desta Casa, e a gente possa tomar, vamos dizer assim nossas convicções com maior tranqüilidade, formar nossa convicção com maior tranqüilidade.

Dito isso, quer dizer, por isso vou fazer uma intervenção bem telegráfica para que a gente possa ainda espremer ao máximo, porque senão a gente fica com aquele conceito “a Audiência Pública não é boa”, mas acaba que a gente usa 30 minutos da palavra e simplesmente critica porque as outras pessoas não usaram também da palavra.

Então, penso que eu faço minha parte mandando minha resposta telegraficamente, minha mensagem telegraficamente para que o Executivo possa não responder aquilo que é pertinente, e aquilo que não for possível a gente tenta pegar numa outra oportunidade. Eu acho que o impacto de implementação desse projeto é um impacto grande, dito pelo próprio Secretário. E entendo que também, dito também pelo próprio Secretário, que a implementação acontece ao longo de um determinado tempo. Dentro de um determinado tempo você vai implementar esse projeto.

Qual a preocupação que reside nisso? Quais seriam os mecanismos – e isso não ficou claro – de controle necessários para que ao final esse projeto seja um sucesso. De alguma forma como seria esse controle como seria exercido, isso não na minha ótica, pelo que eu percebi aqui, não pude ter uma convicção, sair daqui com uma convicção, que esses mecanismos de controle existem e que esses mecanismos de controle serão suficientemente necessários para o sucesso do projeto ao final.

E dito isso, outras coisas também ainda ficaram assim não tão bem claras. Falou-se, e aí pedi à Presidência para que passasse o quanto antes a palavra para o Subsecretário de Patrimônio Cultural da Cidade, para que pudéssemos entender, em função da radiografia daquele espaço, o que a Secretaria poderia estar pensando a respeito daquele assunto. Talvez não do assunto do patrimônio, como ficou claro na apresentação: determinadas manutenções, determinadas edificações. O que não fica claro é como a memória histórica da nossa Cidade, que passa muito pelo porto, estaria sendo também preservada. Eu até estava brincando com meu assessor, o Carlão, que perguntou: “e o Beco da Sardinha”, aquele bar, como é que fica?”, porque é um espaço reconhecido culturalmente, em função de um histórico cultural da nossa Cidade, porque isso também faz parte do nosso cotidiano, porque isso também é importante ser abordado no conteúdo desse projeto.

Então, eu, primeiro, não entendi também, e aí não veio essa resposta, o porquê da separação desse projeto do conteúdo do Plano Diretor. Isso também ainda não fica, no meu conceito, na minha ordem de convicção, por mais que seja, que tenha, vamos dizer assim, uma magnitude o projeto, o porquê desse divórcio, do aspecto de examinarmos esse projeto dentro do conjunto do Plano Diretor. Mas ainda que haja prioridade, haja intenção, uma intenção política, eu acho que se faz necessário um debate mais amadurecido.

O que o representante popular colocou com muita pertinência, é que a sociedade precisa saber. A partir do momento em que você vai jogar, e aí eu concordo na essência com o Vereador Eliomar Coelho quando ele diz o seguinte: na medida em que a iniciativa privada entra, começam a interferir ali como que, qual é a garantia efetiva, porque a garantia não está só, penso eu, numa questão da revitalização do conteúdo, mas como a sociedade daquela área se sente a tempo dessa revitalização.

E isso, a partir do momento em que a gente também ouve, e ouve muito pouco a sociedade local, eu acho que a gente pode incorrer em equívocos, principalmente pela urgência com que está sendo colocado o projeto. Já que – olhem como é – um projeto, cuja sua implementação, ele, vamos dizer assim, ele obviamente necessita de tempo. Eu, pessoalmente, não serei contrário de forma alguma a um projeto dessa magnitude. Mas o que eu acho, para que a gente possa aperfeiçoar esse projeto, e para que

a gente possa determinar mecanismos de controle para que esse projeto não caia nos equívocos daqueles projetos que bem elencou o Vereador Eliomar Coelho, sobre São Paulo, eu acho que o assunto merece um pouco mais de discussão. Mesmo que essa discussão se faça de forma acelerada, e tal, mas ela é fundamental para que a gente possa dar um passo maduro no sentido de que tenhamos convicção daquilo que vamos fazer, como daquilo que possa ser melhor para a Cidade.

A partir daí, essas constatações só me fazem crer que a gente deve discutir, se for o caso em duas, ou até uma terceira Audiência Pública com a presença de mais Vereadores, para nós incrementarmos essa discussão. Por final, deixo uma última pergunta ao Secretário Felipe Góes, no sentido de entender a questão do Caju. Pontualmente, foi citado o Bairro do Caju, na questão da revitalização portuária. E hoje estou entendendo que com a revitalização, e essa revitalização, da forma como está sendo abrangida e apresentada, atingir o Bairro do Caju, estou quase chegando à conclusão de que aquele bairro tende a ser extinto, ou seja, extinto na sua essência, porque é um bairro pequeno.

Hoje, o Bairro do Caju, não sei, deve ter mais ou menos uns 18 mil moradores, ou 18 mil habitantes naquela região ali. Em função disso, eu queria entender melhor como ficaria o Bairro do Caju porque foi sucintamente pontuado e não entendi como ficaria a região, especificamente. No mais, eu queria parabenizar o início dessa discussão, que é de vital importância para a sociedade, entendendo que a sociedade deve ter mecanismos, que devemos apresentar mecanismos de publicitação para que a sociedade possa se manifestar e a gente possa amadurecer nossas convicções. Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Passo a palavra, agora, para o Dr. Felipe Góes, para poder responder a essa série de indagações, sugestões e cobranças sobre o plano.

O SR. FELIPE DE FARIA GÓES – Primeiro, eu vou tentar responder às questões levantadas pelo Vereador Eliomar Coelho, em relação à questão da privatização da área, com a criação da Sedurp, o risco que seria se fazer uma grande privatização da área pública. O primeiro fato importante é que a empresa que está sendo criada, a Sedurp, é uma empresa municipal, criada por lei e, aqui, inclusive, o que está escrito na lei é que o Município sempre terá que ser acionista majoritário. Não há nenhuma previsão de se criar uma entidade privada que venha a ser dona daqueles imóveis ou que venha, de alguma forma, privatizar a região, ou seja, isso não está previsto. É uma empresa pública. Quero deixar isso bem claro.

Com relação à questão de isenção de impostos para os prédios mais altos, eu queria também deixar bastante claro que a lei que

está aí colocada, no que diz respeito a impostos, é uma lei específica para tratar da questão tributária, até porque isso foi exigido, ou seja, que a questão tributária tenha uma lei específica. A isenção que está ali colocada é a isenção para essa empresa municipal. E qual é o objetivo de dar essa isenção de IPTU e ITBI para essa empresa municipal? É simplesmente porque, se não houver isenção, na realidade, o Município vai estar pagando para ele mesmo.

O Vereador Alfredo Sirkis inclusive outro dia colocou de uma forma mais simples, porque eu disse o seguinte: isso é simplesmente para simplificar o processo administrativo, porque teria toda uma burocracia de se pagar imposto para a saúde num bolso do Município e entrar no outro. É uma empresa municipal que estaria pagando impostos para o próprio Município.

Então, a isenção é simplesmente para uma empresa municipal. Não há nenhuma isenção de impostos para as empresas privadas, para as empresas que venham a se instalar lá. Isso não está previsto no projeto.

Eu ouvi aqui da Vereadora Clarissa Garotinho que ela tem a intenção de apresentar – e aí não seria uma emenda, porque é uma questão fiscal – uma proposta que seria um projeto de lei dando benefícios fiscais para empresas e instituições que venham a se instalar naquela região. Eu só queria dizer que, do ponto de vista do Governo, nós não estamos propondo isenção fiscal. Pelo contrário: penso que um dos grandes ganhos desse projeto, inclusive coloquei isso na apresentação, é a possibilidade da geração de impostos para o Município do Rio, na medida em que a área tenha um desenvolvimento e aí os impostos possam ser pagos. Eu quero de novo, então, reafirmar que não estamos prevendo isenção de impostos.

Em terceiro lugar, a questão dos valores dos Cepac. Aí eu acho que é talvez um problema de interpretação em relação ao que é o negócio do valor do Cepac. Foi dito que o valor dos Cepac, no Rio, era menor do que o valor dos Cepac de São Paulo. Isso não é verdade. O que acontece é que nós estabelecemos um valor mínimo. O nosso valor mínimo é R\$ 400,00. Em São Paulo, são R\$ 300,00. Então, o nosso valor é superior ao de São Paulo.

Mas, o que acontece? Esses títulos são colocados no mercado e aí, até para a venda dos títulos, se estabelece um novo preço. O que aconteceu? Em São Paulo, como houve uma valorização, é verdade que os Cepac passaram a valer mais. Chegaram até a R\$ 1.200,00. Então, estamos estabelecendo um preço inicial, que é esse preço para o primeiro leilão, de R\$ 400,00 e, na medida em que haja mais procura para os títulos, os preços vão subir. A nossa expectativa é que os preços subam de tal forma que a gente possa inclusive captar mais recursos do que o que está previsto. Então, para deixar claro, os valores de São Paulo são inferior-

res aos valores do Rio, sob o ponto de vista de valor mínimo estabelecido.

Com relação à questão de reverter o processo, propor uma reconversão do processo de discussão, na realidade esse não é um projeto novo. O projeto de requalificação da Área Portuária não é novo, e quem estudar, olhar o projeto, vai ver que na realidade nós estamos fazendo a soma de vários projetos que já existiam. Eu quero chamar a atenção para que ao longo da construção desses projetos, nos últimos 10 anos, foram feitas diversas reuniões, diversos debates, mais de 30 reuniões foram feitas para a construção desses projetos, e o que nós fizemos agora foi a soma de todos esses projetos e transformação disso nesse projeto de lei.

Eu tenho um pouco de preocupação com essa coisa de reverter o processo, iniciar todo um novo debate, iniciarmos um processo longo de audiências públicas, porque existe uma das maiores oportunidades de começar o projeto e a gente avançar. Acho que o debate é importante, que a Audiência Pública é importante. Penso que, na próxima quinta-feira, deveremos fazer esse debate, só tenho a preocupação de a gente não iniciar um processo excessivamente longo, porque, como os senhores sabem, a cidade tem muitas prioridades, as preocupações são enormes, na área de saúde, da educação, como os senhores sabem, e sabemos que às vezes as prioridades mudam. Assim, de repente, com esse projeto vai acontecer o que aconteceu nos últimos 28 anos, em que não foi exatamente uma prioridade para o Prefeito. E o que acontece? É a população local que mais necessita e que fica na situação que está hoje. Então, tenho medo dessa questão. Quero dizer que já foram feitas essas discussões ao longo dos últimos 10 anos e esse projeto é a soma desse debate.

Eu já havia comentado anteriormente que as atas das reuniões deste ano, bem como os participantes, estão disponíveis e vamos disponibilizar para todos que queiram. Com relação aos autores do projeto, como ele foi gerado, eu queria primeiro reconhecer o trabalho dos técnicos da Prefeitura. Eu acho que vale a pena mencionar o esforço dos técnicos da Prefeitura, em especial dos técnicos do Instituto Pereira Passos, que, ao longo dos últimos 10 anos, trabalharam incansavelmente na construção desse projeto. É realmente impressionante. Logo no início, tivemos uma série de reuniões, com a presença do Prefeito, para apresentação desse projeto, e penso que a gente tem que tirar o chapéu para os técnicos que viveram, ao longo de 10 anos, fazendo, desenhando, construindo esses projetos, construindo um consenso, fazendo essas reuniões, para que chegássemos onde nós estamos.

Eu queria inclusive dizer que existia um certo clima de tristeza, de ansiedade, porque tanto tempo trabalhando, tanto tempo colocando energia nesse negócio e isso ainda não saiu do papel, a população continua sofrendo... Eu queria, então, em primeiro lugar, reconhecer, em especial, a liderança de Antonio Corrêa, que, ao longo de todos esses anos, tem sido uma pessoa que lu-

tou muito por esse projeto, tendo um papel fundamental como diretor do Instituto Pereira Passos, conduzindo todo esse processo. E o que aconteceu mais recentemente é que, com todas essas contribuições, com todo esse esforço, o nosso Secretário de Urbanismo, Sérgio Dias, teve o papel fundamental de juntar todos esses trabalhos, consolidar tudo numa visão única, integral e apresentar esse projeto que está aqui colocado. Então, o Secretário Sérgio Dias é o autor principal, é a pessoa que assina esse processo, mas é importante que se diga que ele conta com a contribuição fundamental dos técnicos que estiveram por trás disso ao longo de todos esses anos, bem como de outras entidades que também participaram desse processo, também ao longo desses anos, e que continuam participando.

Do ponto de vista do cronograma de intervenções, eu acho que a pergunta é importante, eu de fato esqueci. Eu não passei aqui o quadro do cronograma e acho que é importante colocar.

Fase I: são aquelas intervenções iniciais ali no Bairro da Saúde, no Morro da Providência. Nós temos uma licitação que está em andamento. A nossa expectativa, se tudo correr bem, seria iniciar essas obras até o final do ano. Esse é o nosso objetivo, até o final do ano começar as obras da fase I, as obras de melhoria da infraestrutura urbana, iluminação, galerias de drenagem, enfim, melhoria das condições para as pessoas que moram lá.

Esse é o cronograma da fase I: iniciar, até o final do ano; expectativa de duração da fase I: dois anos. Então, inicia, até o fim do ano, uma expectativa de dois anos.

A fase II começa, na realidade, com a aprovação do projeto. A aprovação do projeto depende do próprio andamento aqui na Câmara. Então, na medida em que o projeto... Se o projeto for aprovado, quando for aprovado, aí você inicia o processo de formação da empresa, de constituição dessa empresa que vai conduzir todo esse processo e, uma vez constituída essa empresa, você prepara esses leilões, para emissão dos Cepac.

A nossa expectativa é que a gente possa realizar os primeiros leilões no segundo semestre do ano que vem, daqui a aproximadamente um ano. Uma vez feitos esses leilões, a gente imagina começar essas intervenções a partir do final do ano que vem. Esse seria o início.

Do ponto de vista de duração, a gente acha que são no mínimo de quatro a cinco anos de duração – no mínimo. É difícil precisar o tempo máximo, porque isso depende da velocidade com que os certificados vão ser emitidos. Estamos estabelecendo esse período máximo, porque a quantidade de intervenções é realmente significativa.

Em relação à questão dos mecanismos de controle, colocada pelo Vereador Roberto Monteiro, o que nós estamos estabelecendo como proposta para dar transparência ao processo é exatamente a constituição da empresa. Essa empresa vai ter um uso específico, que é a condução do projeto. Então, a melhor forma

de dar transparência a um processo como esse é exatamente constituindo essa empresa pública, uma empresa municipal pública, e ela vai ter só essa função. Portanto, as contas, os recursos, os gastos, a agenda dessa empresa vai ser a agenda do Projeto Porto Maravilha.

Especificamente no artigo 8º do Projeto de Lei em que a gente está propondo a criação da companhia, a gente está propondo que essa empresa divulgue trimestralmente um relatório sobre as operações, contendo:

1 – o andamento das intervenções iniciadas, com indicação das etapas concluídas e dos custos incorridos;

2 – estimativa de prazos e custos necessários para a conclusão de cada intervenção;

3 – arrecadação e aplicação de recursos;

4 – discriminação da quantidade de Cepac emitidos e sua utilização;

5 – quaisquer outros elementos que direta ou indiretamente afetem a execução da operação.

A gente colocou um parágrafo único que diz que qualquer ato ou fato que possa, direta ou indiretamente, afetar significativamente o valor de mercado para valor do mercado do Cepac, isso deverá ser imediatamente divulgado.

Ou seja, o mecanismo aqui proposto é a criação da empresa, são os relatórios trimestrais com todos os dados aqui colocados.

Foi feita aqui uma colocação sobre a extinção do Bairro do Caju. Nós não estamos prevendo, nesse projeto, a extinção do bairro. Pelo contrário, nós achamos que, na medida em que a própria revitalização e requalificação da Área Portuária aconteça, nós vamos ter impactos positivos para o Bairro do Caju. Essa construção da alça, o novo acesso viário para o Porto, na nossa perspectiva e na dos operadores do Porto, vai aumentar a competitividade do Porto, na medida em que isso aumenta a perspectiva de gerar mais emprego naquela região e melhorar as condições de vida daquela população. Então, não estamos prevendo a extinção do Bairro do Caju.

Em relação ao Plano Diretor e à alteração urbana, como essas questões seguem em paralelo, como é uma questão mais técnica, eu vou passar a palavra para a nossa coordenadora, Alice, para ela comentar um pouco mais sobre isso.

Obrigado.

A SRA. ALICE AMARAL DOS REIS – Boa-tarde!

Objetivamente, a Operação Urbana Consorciada é m projeto específico, de acordo com o Estatuto da Cidade, que é Lei Federal. O desenvolvimento de um plano de operação consorciada não é matéria de Plano Diretor. O Plano Diretor prevê, no nosso caso, no Rio de Janeiro, as áreas sujeitas a intervenção, que são áreas passíveis de transformação de área de especial interesse urbanístico, são aplicados os instrumentos cabíveis para a recu-

peração daquela área. Porque as áreas de especial interesse urbanístico são aquelas sujeitas a reestruturação e requalificação. No caso do Porto, foi adotado o instrumento da Operação Urbana Consorciada, que tem que ter um plano específico, numa lei específica, e não pode estar contido no Plano Diretor. O Plano Diretor é uma lei e a Lei de Alteração Urbana é outra. Pode ser feito antes, depois, quer dizer, que estiver previsto no Plano Diretor. É por isso, inclusive, que tem um outro projeto de lei alterando o Plano Diretor que, como é anterior à Lei Federal, não prevê especificamente esse tipo de operação, embora preveja as áreas de especial interesse urbanístico.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Essa questão, inclusive, precisamos ver com cuidado, porque acabamos de receber a proposta, o novo Plano Diretor. Acho que há uns ajustes que a gente possa fazer, para que os dois projetos se...

A SRA. ALICE AMARAL DOS REIS – Só para complementar. No Plano Diretor que está em votação, esses instrumentos estão previstos, a área está prevista, ela está indicada, existe um anexo indicando as áreas sujeitas a intervenção, ou seja, aquelas passíveis de sofrer esse processo de operação urbana consorciada. O Projeto de Lei do Porto, por exemplo, não contraria em nada o que está previsto no Plano Diretor existente e no previsto.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada. Então, eu passo a palavra agora, para a última série de intervenções que estão previstas aqui, para a Sra. Andrea Lessa, do Instituto de Tecnologia, e, depois, para o Sr. Conde Caldas, que está aqui pacientemente esperando.

Pois não.

A SRA. ANDREA LESSA – Boa tarde. Eu sou Andrea Lessa. Eu sou do Instituto Nacional de Tecnologia, que fica na Avenida Venezuela 82, assim no coração da Praça Mauá, eu diria. Há 87 anos a gente trabalha e vive naquela área. Eu acho que isso traz uma certa legitimidade para um depoimento como este, para um Debate Público, como está sendo colocado aqui.

Daniel, eu queria até registrar com você que a gente tem feito no INT uns debates e convidado a comunidade para participar dessas apresentações do projeto. O INT abriu o seu espaço para que a comunidade participe. Como o próprio Felipe já registrou, 100 pessoas têm ido ao auditório da INT conversar sobre o projeto.

Eu acho que a gente tem questões legislativas, legais, técnicas para serem tratadas no projeto. É ótima a oportunidade de a gente estar debatendo este tema aqui nesta Casa com a comunidade, com as pessoas que ali vivem, trabalham, muitas vezes passam

por lá, se divertem, vão embora e viram aquilo como forma de apenas passagem. Aquilo tem que ser tratado de uma maneira muito mais, eu diria, carinhosa, pelo poder público. Temos visto essa experiência na Praça Mauá ser esquecida desse Debate Público sobre essa área tão importante.

Aqui já foram faladas as experiências internacionais, as experiências nacionais. Eu acho que a gente deveria tirar o melhor proveito delas e captar, no Rio de Janeiro, as melhores práticas para esse processo.

A gente tem muito em que avançar, porque, se fosse simples, a gente não estava há 30 anos falando dele, nem há 10 anos montando projetos para a área.

A oportunidade de a gente estar falando nesta Casa ou no local específico do projeto acho que abre uma janela imensa de oportunidade para a gente avançar nesse projeto.

O INP é uma instituição pública de pesquisa de desenvolvimento de ciência e tecnologia e tem uma capacidade de geração de trabalho, de capacitação da comunidade local. Aliás, nessas reuniões que estão sendo travadas no INP, uma das grandes reivindicações é a inclusão social das jovens e adolescentes daquela área que não tem oportunidade de estudar no local.

A gente sabe daquela vocação há nas instituições. Em o Inpi, tem o Inea, que agora se instalou lá, tem o INP, tem várias instituições que podem estar olhando essa parceria geográfica para poder avançar nessa geração de empregos e oportunidades de trabalho e renda no local.

Uma outra coisa que foi colocada aqui, quando se falou na comunidade, é o aspecto cultural da Praça Mauá, com todas as essas iniciativas culturais que lá existem, no berço dessa contribuição cultural da Praça Mauá. Não podemos esquecer que temos a Adegas do Sal, temos Afoxé Filhos de Gandhi, temos Escravos da Mauá, o Centro Cultural José Bonifácio e pessoas que vivem e trabalham, se divertem e acreditam naquela área. É claro que temos que apresentar os desafios. O debate está aberto. Vamos valorizar, com respeito, principalmente a vitalidade desse projeto com respeito à questão do local.

Então, é o meu depoimento. A UNP está aberta. Vai ser na UNP a próxima Audiência Pública, um espaço que está quase que dedicado às intervenções e às apresentações desse projeto. Acho que é uma oportunidade estar aqui hoje e quero agradecer por ter registrado nessa parceria com esse tema, com toda essa importância do trabalho que está sendo apresentado.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada! Agradeço, muito, inclusive, a lembrança porque acho que a Audiência Pública consolida a importância da inclusão social nessa área, o valor histórico e cultural dessas comunidades que ali estão e representam as origens da cidade, porque ali nós nascemos e ali estão. Todos temos esses pontos como referências culturais

importantes da Cidade. Mais uma vez, acho que vale a pena saber em detalhes o que poderá acontecer em termos de valorização, inclusão social desse grupo e também valorização histórico cultural.

Passo, agora, a palavra, para o Sr. Conde Caldas.

O SR. JORGE CONDE CALDAS – Muito boa tarde. Através da Vereadora Aspásia Camargo, saúdo os demais membros desta Casa, nosso Secretário Felipe Góes, demais membros da Prefeitura, essa equipe briosa. Estou falando aqui hoje em nome da Associação Comercial. Foi criada na atual gestão do meu querido amigo José Luiz Alqueires, na Vice-Presidência da área imobiliária. Vocês me conhecem, fui Presidente duas vezes da Associação, sou urbanista, arquiteto, muito atuante na área de desenvolvimento urbano da Cidade. Graças a Deus, tenho sempre mantido um diálogo muito forte com Vereadores desta Casa, absolutamente independente e sempre em defesa da Cidade. Jamais tive qualquer atuação, em qualquer momento de ter interesses corporativos e até tivemos problemas com alguns Vereadores desta Casa, pois as coisas que estavam sendo pleiteadas, discutidas, não eram de interesse da Cidade.

Quero citar um exemplo de *retrofit* bem feito em relação a São Cristóvão. São Cristóvão, diferentemente de Zona do Porto Maravilha, era um bairro que parou no tempo. Em 1985, foi feita uma norma de regularização urbana para a área que fixava em dois ou três pavimentos o gabarito da área. Os moradores achavam que era um bairro imperial, quem estava ficava, quem não estava não entrava mais. O que aconteceu com o bairro? Foi um grande equívoco. O bairro perdeu quase vinte mil pessoas. Os galpões industriais, que antes serviam às fábricas do bairro, foram esvaziados porque perderam o modelo de escala industrial. Galpões de mil e quinhentos a dois mil estavam vazios, abandonados. Seus proprietários sequer conseguiram alugá-los. A oferta era três ou quatro vezes maior do que a demanda do Bairro de São Cristóvão.

E como o PEU votado vigorou um período grande aqui na Câmara, a demora, às vezes, em relação à votação de matérias prejudica a cidade como um todo, o processo urbanístico desta Casa. O Bairro de São Cristóvão poderia ter um desenlace simplesmente se fazendo uma legislação urbanística adequada, como foi feito e de forma muito inteligente.

Eu faço palestras em todo o Brasil e cito o exemplo de São Cristóvão em que foi dado um bônus – foi colocado vinte e cinco lá – e foi dado um bônus e mais dois pavimentos. Você poderia construir onze pavimentos, em torno da Quinta, lá naquela zona. E se realmente demolisse o galpão ganhava mais um índice, passava para seis, e você ganhava dois pavimentos de gabarito.

Então, hoje temos em torno de mil unidades sendo construídas em São Cristóvão e nos próximos três anos estaremos com cinco

mil unidades em construção. O mercado imobiliário está atuando muito fortemente lá. Até a contrapartida da Prefeitura não tem sido observada. Entreguei já um prédio de duzentos e sessenta unidades lá e o banho de luz que o ex-Prefeito me prometeu, não veio. Estamos com problemas lá, estamos sem segurança lá, em relação a isso. E só de ITBI, só esse prédio, está arrecadando, nesse momento da entrega, 1.200 milhão para a Prefeitura e vai gerar, por ano R\$ 560 mil de IPTU. Em que uma população urbana pode alterar a vida do bairro é com a arrecadação da Prefeitura.

Eu quero parabenizar e todos aqui presentes porque efetivamente a Associação Comercial está fazendo parceria com a Prefeitura, porque a Associação Comercial foi que começou esse processo em 1970. Na realidade, não existia iniciativa nenhuma da Prefeitura para fazer qualquer coisa naquela área e naquela época o Centro da Cidade, que vem num processo de esvaziamento econômico galopante, não estava tão deteriorado ainda.

O modelo que se previa na época, do qual participei, pelo IBMEC – criamos inclusive um banco de negócios – era de fazer o Rio Internacional e queria se colocar no Cais do Porto, numa pequena extensão do Cais do Porto, consultamos vários técnicos internacionais, fomos a esses portos internacionais; nenhum, de todos os projetos da área de Cais do Porto, no mundo, chega sequer a 1/5 ou 1/6, os maiores, do que o que será no Rio de Janeiro! E, mais, nenhum é tão completo e, principalmente, a abrangência desse projeto para recuperar o centro da cidade que hoje está morto. As pessoas que faziam curso de pós-graduação no IBMEC, com turma de 10 alunos, saíam do IBMEC às 22h, da Av. Rio Branco, do antigo prédio do Jornal do Brasil e foram assaltadas mais de três vezes. Tivemos que por segurança para fazer o percurso da Av. Rio Branco, de menos de 500m, até o Jornal do Brasil.

Em torno de 18:30. 19:00h o centro da cidade fica morto! O preço do metro quadrado de um imóvel comercial no Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco, um escritório de 300 metros quadrados, um por andar, na Av. Rio Branco, há 3, 4 anos atrás, se vendia por 1.500,00 reais o metro quadrado, quando no Leblon estava em torno de 15.000,00 reais! E ninguém queria comprar porque a escada era de prédio antigo, ou porque era sem segurança, não tinha garagem... Estava morrendo o Rio de Janeiro! E o Rio estava sendo esvaziado cada vez mais economicamente, desde que perdeu a capital.

Perdemos posição e bastou um sopro de crescimento do Estado do Rio com a Bacia de Campos, que vieram várias formas multinacionais de petróleo e ocuparam todos os espaços de prédios mais ou menos convenientes porque o *trip-way*, na concepção moderna, é prédio de, no mínimo, 1.500 metros de laje, duas escadas de fuga, pé direito de 3,5m a 4,0m para fazer peso flutuante e não tinha nada no centro do Rio para fazer isso. A Tyssen

está terminando de fazer um segundo prédio, na Av. Chile, que é o último terreno edificado, no centro do Rio, é o último PE modificado no Centro do Rio, porque foi comprado pelos árabes, por um grupo árabe, e a Petrobrás, o próprio crescimento pela Bacia de Campos teve que aumentar os seus efetivos e está construindo na Av. Henrique Valadares com a volta toda de São Paulo, um prédio de 110 mil metros quadrados.

Então, com os novos crescimentos que vão acontecer, com a CPERJ, com o Porto Itaguaí, com a CSA, certamente um pólo industrial que estamos fazendo lá, com rodoviária, igual ao Porto de Sepetiba, novas empresas virão para o Rio e necessitarão de escritórios decentes, e de alguma maneira essa busca nesse meio termo foi atendida por alguns prédios da Barra da Tijuca de gabarito de três andares inteiramente inadequados: a Esso saiu daqui do Centro e foi lá para a esquina da Abelardo Bueno, está absolutamente insatisfeita, com um problema de transporte terrível, quer dizer, o pessoal que foi para a Barra esta querendo voltar correndo.

Então, eu tenho que avisar aos senhores que o projeto do Centro Maravilha terá que contemplar a revitalização do Centro do Rio, não é só a revitalização daquela área, muito mais do que o projeto do porto em si, a Cidade do Rio de Janeiro vai ter que voltar aos seus valores, sendo o Rio uma cidade com uma área cultural fantástica, com monumentos e prédios fantásticos, poderá ter uma extensão do projeto Cais do Porto. Eu fui chamado por dois ex-prefeitos, como eu tinha trabalhado junto a Associação Comercial nesse embrionário projeto que tinha outra finalidade, não tem nada a ver com esse, acredito que o projeto do Porto do Rio não vai para a frente enquanto tiver a Perimetral passando ali, é absolutamente impossível você trazer alguma coisa de entretenimento com a Perimetral passando em cima. Isso no bairro de São Cristóvão não aconteceria, hoje a Rua Bela está morta e o principal erro foi o eixo viário com o viaduto da Perimetral pela Rua Bela.

Para terminar, o trem bala acontecendo vai potencializar enormemente esse projeto, porque vários amigos meus empresários, donos de financeira vão voltar a morar no Rio de Janeiro, porque vão trabalhar em uma 1 hora e 30 minutos no dia que precisar ir a São Paulo, mas o escritório vai estar no Porto Maravilha.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada.

É sempre um prazer a gente ouvir a cidade crescendo, evoluindo na imaginação, e nas simulações também, é um depoimento interessante, mas tenho que pedir a vocês encarecidamente, paciência, porque temos que cortar os depoimento, não podemos nos estender mais, estamos chegando a nosso limite máximo.

Quero chamar Matilde Alexandre que é moradora do Bairro do Centro para dirigir as suas palavras. Matilde Alexandre não está mais aqui.

Maciel Silva dos Santos.

O SR. MACIEL SILVA DOS SANTOS – Em primeiro lugar, quero saudar a todos e manifestar minha preocupação.

Recentemente, perdi a vaga do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação que foi usurpado, mas devo estar voltado agora, e acho que minha ausência dentro desse processo tem gerado coisas dessa natureza, muito embora eu me contraponha ao que foi colocado.

Foi dito por uma senhora aqui que o Plano Diretor contempla e que tem a emenda que está sendo implementada para poder adequar esse projeto do Plano Diretor, e uma de minhas preocupações maiores é no sentido de... uma série de ocupações que o MST fez, que estão espalhadas pelo Centro da Cidade do Rio de Janeiro, e como o Plano Diretor contemplaria um processo investigativo que contém apuração de conteúdo mínimo para ver o impacto que iria causar às populações ali por onde esse processo vai passar, e aí a gente fica a mercê do processo porque a gente sabe que quando essas coisas vem...

Esses modelos que foram lidos aqui, nas cidades onde passaram, eles simplesmente passaram pela pobreza, e essa é uma prática que vem sendo adotada, aconteceu em Salvador, em várias capitais por aí a fora.

Então, esse modelo que está sendo colocado, dessa forma que está sendo colocado, não é uma forma adequada. A forma adequada seria que as populações que vão ser afetadas pudessem participar, que fossem consultadas, e conseqüentemente, aí sim, a Administração Municipal iria absorver essas populações afetadas para que todas essas coisa que estão sendo colocadas aqui no Plano da Educação, da absorção da mão-de-obra, para você ver, a Petrobras agora está precisando de 30 mil pessoas para trabalhar e essas pessoas não podem estar dentro desse mercado por quê? Porque infelizmente não existe estímulo da parte do Governo Federal, nem da parte do Governo do Estado e do Município em dar suporte para que essas pessoas que não podem pagar o curso de R\$ 150,00 para poder estar dentro do setor. Foi o que acabou de falar o grande empresário. Outra coisa, a Portaria 233 do Diário Oficial da União, em que foi publicado que um dos prédios que desocupamos 5 anos atrás na Barão São Félix, nº 110, está bem próximo de onde vai ser uma grande intervenção, que vão arrebentar o túnel ali de passagem da Providência. E sinceramente as pessoas não sabem exatamente o que vai acontecer com a gente ali. Muito embora tenhamos sido contemplados. Mas não sei se por conta do fato de ter sido publicado no Diário Oficial e pelo fato de já ter sido disponibilizado 1 milhão e 800 para que seja feita a reforma no prédio ali. E a gente com

receio de que possa acontecer alguma coisa. A gente decidiu que a gente não sairá do prédio. A empreiteira, que porventura tiver que fazer, a reforma vai ter que fazer com a gente ali dentro. Justamente porque a gente não quer sofrer risco algum.

O Prefeito Eduardo Paes, com seus 39 anos, com essa vontade política, com um grande Secretário como o Felipe Góes, eu acho que hoje está nascendo nesta Casa a discussão do projeto, a oportunidade e a velocidade que se quer nesse projeto, nós temos uma série de contribuições para dar a esse projeto, posso citar algumas aqui, mas a pressa e a celeridade dele é importantíssimo pelo problema político, pela janela política que o Secretário falou.

Felizmente houve nesse momento, a partir do Prefeito Eduardo Paes assumir o governo, uma união que não existia há mais de 30 anos no Rio, e a Cidade perdeu muito com isso; agora com essa união dos Governos Municipal, Estadual e Federal, então, estamos como possibilidades reais de ganharmos a Olimpíada de 2016, mas no fim do ano que vem, em junho, começam os debates de eleições, e não se sabe como é que vão ficar os entes políticos.

Então, nós temos até maio, temos compromissos da Docas, da Rede Ferroviária com a Prefeitura. Esse projeto está na rua e tem que ser aperfeiçoado, tem que sair do embrionário, essa companhia tem que ser criada e aperfeiçoada.

Agora, as vocações que tem o Porto do Rio, na realidade, o projeto foi de alguns entretenimentos, o Porto Madeira que tem uma área de menos de um sexto da área do Rio, e só agora, depois de mais de vinte anos implantado, no outro lado do Rio está acontecendo a parte visual imobiliário com grandes corporações e prédios residenciais de alto luxo. Porto Madeira tinha só uma área muito citada como parâmetro daqui, uma área de entretenimento, restaurantes, armazéns ingleses muito bem montados que puderam ser revitalizados com pouca obra, mas ao lado está um dos principais bairros residenciais de Buenos Aires. O Cais do Porto é um bairro que tem tudo para se fazer, temos que manter as famílias existentes lá naqueles morros, antigas casas que existem ali atrás, mas a oportunidade de trabalho que essa gente vai ter é fantástica.

Queremos revitalizar, Secretário Filipe Góes, junto com o Porto do Rio, uma política muito mais forte, indutora de turismo para a Cidade do Rio de Janeiro; realmente, é muito fraca a atuação das Subprefeituras do Rio de Janeiro em relação ao potencial político. Esse projeto tem que estar acoplado com isso.

Nós estamos lançando a ideia de o Governo do Estado que tem uma grande parte das suas unidades em prédios alugados, já falamos com a Caixa, podemos fazer um centro administrativo como o Aécio fez agora em Belo Horizonte, no Porto Maravilha com um financiamento de 25 anos, e vai se pagar menos do que

está se pagando hoje de aluguel. É uma área para dez hotéis de ótimo nível, como atuação para essa área.

Então, são propostas que nós estamos vendo oficialmente pela Associação Comercial, vamos entregar ao Secretário, mas volto a dizer, nesse momento nasce nessa Casa a discussão desse projeto, mas ao contrário do que o nosso querido amigo Vereador Eliomar Coelho disse, o parâmetro do Plano Urbanístico de 1992, ter citado como exemplo que se trabalhou dois anos, por isso ficou bem feito, é muito ruim, porque na realidade o plano criou cinquenta e cinco subzonas e não conseguiu lotar mais do que cinco, então, a Cidade ficou engessada, sem possibilidades de crescimento. Não quer dizer que se estudar dois anos vai sair um plano bom, muito pelo contrário, foi um plano que na realidade cerceou a possibilidade construtiva do Rio.

Quero saber se há alguma possibilidade, de mesmo ter sido publicado no Diário Oficial, o fato de as pessoas terem sido contempladas, se de algum modo, assim como a menina falou que esses planos específicos, eles vão criar medidas, contestando o Plano Diretor. E a gente não sabe o que há por trás. O fato é que a coisa já está colocada. O gestor da obra, que vai ser realizada, quem vai fazer é o Governo do Estado por intermédio do Instituto que tem lá no Estado do Rio de Janeiro. E a gente não sabe o que vai acontecer conosco, nem conosco e nem nas outras ocupações, quer dizer, na área do Cais do Porto, que é o Quilombo das Guerreiras. Na Venezuela, 53, que é o Zumbi dos Palmares. Não sabemos o que vai acontecer com essas ocupações. A gente quer saber se isso vai nos afetar. Se porventura a gente pode estar sendo consultado, se a gente pode estar sendo visitado, se a gente pode estar sendo convidado a participar nesse Plano, para que a gente não seja prejudicada.

As colocações são essas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada.

Muito bom você ter participado. Espero que estejamos juntos na quinta-feira, na próxima Audiência Pública, que vai ser justamente na região do Centro, Maciel.

Obrigada.

O Sr. Augusto Franco está aí?

O SR. AUGUSTO FRANCO – Vereadora Aspásia Camargo, em nome da qual eu cumprimento a todos os Vereadores, senhores e senhoras, Sr. Secretário.

Sou Augusto Franco, Diretor-Geral do Sistema Firjan.

Eu vou ser breve e não ser redundante aos vários argumentos já colocados.

Quero primeiramente nosso Secretário, que está perfeitamente correto. Esse é um projeto muito antigo do ponto de vista da reflexão sobre sua necessidade. Lembro a todos que, em 2006, di-

vulgamos o mapa do desenvolvimento, que é realizado por mais de 1000 empresários, técnicos, aqui do lado, no Theatro Municipal, lotado. E naquele mapa de desenvolvimento já eram citadas ações relativas à revitalização do Porto do Rio de Janeiro.

O que é que temos de novo?

Acho que o que temos de novo são dois fatores essenciais. O primeiro fator é uma decisão política do atual Prefeito de fazer o projeto decolar. Isso é a novidade.

A segunda novidade, Vereadora, é a oportunidade.

Acabamos de divulgar, o Dr. Caldas já relacionou alguns exemplos. Números que totalizam investimento no Estado do Rio de Janeiro de 126 bilhões de dólares nos próximos três anos. Isto é uma oportunidade que não pode ser desperdiçada. E uma das componentes para que não haja desperdício. E como falou o companheiro antes de mim, inclusive desperdício da geração de empregos que esses investimentos trazem. A possibilidade de as empresas instalarem seus escritórios de maneira que elas estão acostumadas no mundo todo. E para isso não temos hoje uma estrutura adequada. Para isso precisamos dessa área recuperada, dessa área com as intervenções propostas nesse projeto, para que tenhamos condições de receber os investidores e criar os empregos necessários.

Um outro aspecto que eu gostaria de trazer, já para finalizar, é que o Sistema Firjan, – eu vim aqui em nome do Presidente Eduardo Jânio e de sua diretoria – não apenas deseja esse projeto, não apenas acredita que esse projeto é necessário. O Sistema Firjan resolveu apostar nesse projeto.

Então temos, Vereadora, o dia 25. E gostaríamos muito da presença da senhora e dos demais Vereadores junto com o Prefeito e com o Secretário, anunciando a instalação dentro da área abrangida pelo Projeto. Instalações do Sistema Firjan para capacitar pessoas, como o companheiro falou, da necessidade de capacitação de pessoas. Vamos anunciar investimentos do Sistema Firjan na área.

E não é só. Além dos investimentos que já temos acertados de divulgar no dia 25, o Sistema Firjan vem analisando com empresas referências no País, outros desenvolvimentos para a mesma área.

Portanto o Sistema Firjan era nosso depoimento. Acredita nesse projeto. Mas acredita e vai apostar nele inclusive com recursos das instituições que compõem o Sistema Firjan.

Acho que um depoimento mais forte do que esse é impossível.

E novamente nos engajamos. Acho que o Dr. Caldas vai mencionar isso também. A necessidade de sermos céleres. Todas as observações feitas aqui são pertinentes, são importantes para o aperfeiçoamento do projeto, mas temos uma questão de tempo. Não podemos perder essa oportunidade. Ou as empresas não encontrando aqui o local ideal, com as características ideais para seus investimentos irão a outros lugares. Temos que ser sérios na

análise desse projeto, em seu aperfeiçoamento, finalmente naquilo que todo carioca espera; que esse projeto possa sair do papel.

Muito obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada, Augusto Franco.

Eu queria ouvir o Vereador Paulo Messina, por favor.

O SR. VEREADOR PAULO MESSINA – Boa tarde a todos.

Vereadora Aspásia Camargo, parabéns pela iniciativa, minha colega de partido! Saúdo também o Executivo, na pessoa do Secretário Felipe Góes, todos os presentes e autoridades.

Quero fazer algumas perguntas, Secretário. Eu vou ser breve para lhe dar tempo de responder.

Primeiro, eu queria dizer sobre o tempo do projeto. Eu já assisti aquela apresentação. Desta vez eu ouvi o senhor dizer que o projeto, por exemplo, lá do Porto de Buenos Aires, foi feito em 20 anos. O de Belém também foi feito em grande tempo e tal. Eu lhe pergunto: considerando todo o tempo de um projeto, a Vereadora Aspásia Camargo disse que já tem 30 anos e ainda mais tantos anos para a execução. Será que a gente precisa fazer tudo esse ano, correndo? Será que a gente não pode fazer um cronograma realmente de Audiências Públicas? Porque hoje alguém pode ser contra o projeto. Não imagino quem possa ser contra o projeto, mas alguém que possa ser contra o projeto, vai perder completamente o argumento. E por que não tentar enriquecer isso com , sei lá, mais seis meses de discussão, não é?

A gente tem hoje comissões ativas na Câmara de Vereadores como, por exemplo, a Comissão do Plano Diretor, presidida pela Vereadora Aspásia Camargo, a Comissão de Revitalização da Área Portuária, presidida pela Vereadora Clarissa Garotinho. Considerando o tempo que nós esperamos até hoje para fazer e o tempo que ainda temos, como V. Exa. mesmo disse, o tempo que ainda temos para frente para executar, seis meses é um período percentualmente irrisório nesse tempo... Bom, mas não estou aqui para falar disso.

A primeira coisa que eu quero dizer – até pedi à Sra. Eliane Barbosa, Diretora da Companhia das Docas, agradeço, que permanecesse aqui – quando eu vi que a senhora era uma das expositoras que ocupou a Tribuna, eu esperava ouvir da Docas S.A. uma coisa mais esmiuçada sobre esse processo. Não só que apóia e falar de tecnologia. Eu esperava ouvir da Docas, mais esmiuçadamente a situação dos seus terrenos. Como vai ser feito? Quer dizer, os terrenos vão ser trocados por ações dessa empresa? E se houver dívidas de IPTU, ISS, como é que vai ser feita essa compensação? Então, eu queria ver um pouco mais esmiuçado esse processo. Vereadora, se V. Exa. permitir, eu posso

conceder um aparte para que ela responda, porque aí já libera também. Pode ser? Eu queria uma coisa mais esmiuçada da visão da Docas, um parceiro imprescindível. A senhora disse que apóia. Nós todos também apoiamos, mas eu queria saber mais esmiuçadamente como é a relação da Docas com essa nova empresa. Vai ser terreno trocado por ação. Compensação de dívidas? Se houver, como será feito?

A SRA. ELIANE BARBOSA – Com relação à primeira coisa, eu não posso dizer a V. Exa. que já temos a forma, quando vamos fazer a participação nessa sociedade, nessa empresa que está sendo construída. Uma coisa é certa; quem vai participar provavelmente não será a Docas, e, sim, a União, e a Docas, como proprietária dos imóveis, será partícipe nessa negociação.

Quanto aos imóveis de Docas, temos esses imóveis nas mais diversas situações, desde os que são penhorados na Dívida Pública, quanto imóveis que foram invadidos e conseqüentemente temos dívida de IPTU, temos imóveis que estão com problemas de dívida de ISS, temos imóveis arrendados, cujos contratos já estão vencendo, quer dizer, não é uma característica única. Há imóveis, por exemplo, que serão absorvidos pela própria Docas, como um dos armazéns grandes. Temos a intenção de construir toda a área de Docas num único prédio – a Cia. Docas do Rio de Janeiro. Então, este prédio será reaproveitado, inclusive utilizando a estrutura externa, procurando preservar a estrutura do prédio. Então, cada um terá um mecanismo diferenciado de negociação. Posso afirmar a V. Exa., por exemplo, a questão do Píer Mauá. Numa cessão com a Prefeitura do Rio de Janeiro – agora está sendo redesenhada a nova forma de contrato ou arrendamento com a Prefeitura do Rio de Janeiro – esse acordo pode passar desde um abatimento na dívida de IPTU até simplesmente o pagamento a Docas, e esta conseqüentemente acabaria saldando suas dívidas.

Então, para cada caso, para cada imóvel, haverá um comportamento diferente. Nós temos, no mínimo, cinco prédios que já estão com termos de reintegração de posse para serem retomados e aí, sim, Docas terá que fazer um levantamento para saber em que condições esses prédios estão. Nós temos muitos prédios invadidos e esses prédios, inclusive, têm que ser reavaliados. Há uns em condições bem ruins, já condenados pela Defesa Civil, que precisam ser demolidos e é nessa hora que será reestudada qual será a melhor forma no que se refere à Cia. Docas, pois ela tem que ter o seu capital, ela tem que responder por aquele patrimônio que ela tem, a dívida que ela já tem atribuída há vários anos e o pagamento dessa dívida. Acima de tudo, o que acho importante é o compromisso de Docas de não estar dando nenhum tratamento a esses imóveis sem que eles estejam alinhados com a proposta do Projeto Porto Maravilha. Este é o objetivo maior. Agora, isso será levado à mesa de reunião com o Jurídico, para

ver com a União, em especial com a Secretaria Especial de Portos, para ver de que forma poderemos estar saneando esta situação da Cia. Docas.

O SR. VEREADOR PAULO MESSINA – Obrigado, diretora.

Secretário Felipe, a situação é bem mais complexa do que só trocar terreno por ações. A situação, como bem se disse, é bem híbrida e complexa. Aliás, esta é mais uma razão para que discutíssemos um pouco mais o projeto da Prefeitura.

Porto e Tecnologia – o empresário, me fugiu o nome, deu essa ideia aqui na Audiência e era uma ideia que a Vereadora Aspásia Camargo e eu já tínhamos até conversado na última reunião de talvez fazer uma área de desenvolvimento tecnológico ali, a exemplo exatamente do Vale de Silício de Recife. Fica a sugestão para que trabalhem juntos, até com o Vereador Rubens Andrade, pois há um projeto tramitando, que veio do Executivo, para redução do ISS de 5% para 2% para a área de IPI. A gente pode trabalhar nesse projeto, resgatar um projeto desse, que foi da época Cesar Maia, dando especificamente para uma área da Cidade ou especificamente exigindo alguma contrapartida, por exemplo, para fazer uma área de células de acesso à *Internet* naquela área ali.

Por último, como membro da Comissão de Educação e Cultura, cabe também perguntar a V. Exa. se está sendo levado em consideração neste projeto que aquela área ali é de vital importância cultural para nossa Cidade. Para quem não sabe, aquela área é chamada de Pequena África. Quando falamos com alguém de fora que somos do Rio de Janeiro, a pergunta associa você a samba e futebol.

Então, o samba nasceu na casa da Tia Ciata naquela área. A Pedra do Sal também é ali, onde desembarcavam os navios negreiros. No Cemitério dos Pretos Novos, também quando chegavam os navios negreiros, escravos mortos eram enterrados. Enfim, é uma área de importância cultural. Falar do Movimento Negro já era algo importantíssimo. Agora, além disso, temos também importância cultural não só para o Movimento Negro, como também para toda a Cidade do Rio de Janeiro. Não podemos simplesmente passar um projeto novo em cima esquecendo essa parte cultural. A parte cultural não pode conter o avanço e o progresso de uma cidade, mas aí fica uma luta, Secretário, para que criemos um ou dois galpões para que mantenhamos um museu ou uma área para as entidades de defesa disso, dessa história e cultura de toda a nossa Cidade, para que ela não seja apagada. Estamos falando do nascimento do samba. O Rio de Janeiro é mundialmente famoso por isso. A gente vai destruir e refazer uma área em cima dessa? Não pode.

Então, daqui a 200 anos estaremos igual a Roma, não poderemos escavar o metrô, porque lá embaixo tem resíduos arqueológicos de uma era antiga. Vamos dar uma área de galpões para isso.

É mais do que justo, é um dever nosso com a História e um dever nosso com a cultura de nossa Cidade.

Obrigado, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigado, Vereador.

Estamos agora praticamente chegando ao fim. Temos aqui nossa Matilde Alexandre, que esperou tanto. Desculpe Matilde, mas você vale muito. Vamos ouvi-la com o maior interesse e atenção.

A SRA. MATILDE ALEXANDRE – Boa tarde! Meu nome é Matilde. Sou da Associação Moradia Digna nas áreas centrais, no Centro.

Então, hoje em dia há uma Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor aqui na Câmara, e uma das coisas que achei estranho – pois ontem chegou às minhas mãos cópias do Diário Oficial aqui da Câmara com a agenda das discussões do Plano Diretor – achei até estranho não ter essa discussão de hoje, que seria dia 11, não estar nessa agenda. Gostaria de perguntar à Presidente da Comissão o que houve, por que essa discussão está sendo escondida da população, pois eu soube dessa discussão sobre o Porto Maravilha só ontem.

Acho que esse projeto está vindo de cima de para baixo porque hoje, no Município do Rio de Janeiro, a maioria dos moradores, todos sabem que o planejamento de nossa Cidade não é feito há 16 anos. E todo cidadão sabe que sem planejamento não adianta. Hoje, a Cidade está inchada. A Cidade do Rio de Janeiro não tem mais como crescer. Ao mesmo tempo, vejo esse projeto arquitetônico, uma coisa estrondosa, vinda de cima para baixo. Por exemplo, o nosso Plano Diretor diz, no Estatuto da Cidade, que tem que ter a participação popular da sociedade. E não teve, não está tendo, entendeu?

O Estatuto da Cidade diz que a Comissão que está discutindo o Plano Diretor tem que dar publicidade às audiências, colocar em rádio, TV, em jornais. De preferência, a Câmara Municipal deveria colocar um *banner* em frente à Câmara, na Cinelândia, comunicando à sociedade que está havendo essa discussão. E isso não está acontecendo.

E a mesma coisa está acontecendo com esse projeto, com o tal do porto. É maravilha. Sabemos que naquela área existem populações pobres. O que vai acontecer com essas populações? As pessoas da Pedra do Sal são pobres, descendentes de escravos que moram ali há séculos, nasceram lá, estão terminando o final de vida lá. Gostaria de saber como vocês, que dizem que já está tudo resolvido, quando vão aprovar.

Minhas perguntas são para a Comissão do Plano Diretor: quando será discutido? Vamos fazer o Plano Diretor primeiro

para depois pensar nesse grande projeto? Ou vai ser do jeito que vocês estão querendo?

Isso é o que tenho a dizer. Temos que discutir as áreas de especial interesse social para as moradias, as áreas que não existem mais no Centro do Rio de Janeiro, áreas ociosas. O IPTU progressivo, que temos que discutir para aplicar nessas áreas que estão subutilizadas. Não é dar para a especulação imobiliária. A especulação imobiliária está aí, batendo palmas. O nosso Plano Diretor está sendo feito para beneficiar a especulação imobiliária, não para beneficiar a população. O pessoal está precisando de espaço para cultura, espaço para moradia, espaço para posto de saúde, espaço para escola, e isso não é discutido. Vamos discutir o projeto arquitetônico... Já houve o Guggenheim. O Guggenheim, a população parou para discutir. Houve a Marina da Glória. Na Marina da Glória, nós também paramos. O Ministério Público, junto com o FAN, conseguiu barrar.

Acho que os Vereadores têm que fazer o mesmo movimento. Isso tem que ser discutido. Enquanto não se levar a discussão para a sociedade, esse projeto vai ser ditador, autoritário.

Obrigado. Boa tarde!

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Queria responder às suas perguntas, não posso deixá-la sem resposta.

A primeira questão: estamos dando alta publicidade a todas as reuniões do Plano Diretor, que vão começar na segunda-feira, com a discussão sobre transportes. A de habitação tem sua prioridade, até porque você é Presidente da Associação de Moradia Digna nas Áreas do Centro. Essa reunião sobre habitação vai ser no dia 1º de outubro. Isso vai sair em todos os jornais no fim de semana. Vamos dar publicidade na televisão. É a primeira vez que o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro entrou quatro vezes em hora nobre da televisão, sendo anunciado para justamente mobilizar as pessoas, em suas áreas de organização, para que elas participem.

Pode estar certa, Matilde, que nunca nenhuma Comissão de Plano Diretor foi tão importante ou fez tanta pressão no sentido de regularização fundiária. É uma coisa que não existe neste País. Regularização fundiária é algo que existe nos nossos sonhos, na nossa fantasia.

A guerra é essa. Como sair da tal cessão de uso, que é uma coisa mais simples, mas demoradíssima, lentíssima, para uma verdadeira pressão de massa, no sentido de regularização fundiária?

É isso que vamos fazer. Foi isso que a Prefeitura mostrou, nas várias reuniões que tivemos. E eu e todos os membros da Comissão estamos à disposição de vocês para fazer, inclusive, uma reunião especial, se quiserem, no Centro.

Na verdade, a população se organiza muito em função das suas áreas geográficas. É muito difícil abarcar a Cidade inteira.

Estamos à disposição. Sabemos que a visão que você tem, que é a da maioria da população, é uma visão muito, muito pessimista. Afinal de contas, o que temos que fazer? Dar casa à população que tem de um a três salários mínimos. Tudo isso que a gente vê pelo Brasil afora acaba indo para cinco, seis, sete salários mínimos. É importante, também. A demanda por moradia é muito grande. Inclusive, cobre segmentos que vão até esse setor um pouco mais aquinhoado, mas, de um a três é nossa prioridade. E é prioridade do Secretário de Habitação.

Então, eu me sinto de certa maneira até mais confortável em ver que existe essa deliberação. As leis estão mudando. A regularização fundiária está sendo votada na Assembléia Legislativa por esses dias. Acho que foi votada em primeira votação antecorrem.

Estamos aqui para isso. Inclusive, o Sistema de Habitação pelo Interesse Social permitiu captar recursos federais no Rio. Antes não havia essa possibilidade, a possibilidade de a Prefeitura captar dinheiro algum antes dessa lei. E temos várias iniciativas. Nós precisamos ficar mais articulados. Sem articulação, fica tudo muito difícil. As pessoas ficam frustradas, os Vereadores também ficam frustrados, e nada acontece. Muitas vezes, Matilde, a gente convoca e ninguém vem. Então, quando temos pessoas como você, dizendo que querem participar, nós ficamos muito felizes. Em geral, a convocação acontece e a população não aparece.

E quero dizer outra coisa: vai estar tudo na *internet* a partir de hoje. Já está. Toda essa discussão que tivemos hoje com o Dr. Felipe Góes e sua equipe estará, já está, sendo posta na *internet*. Todas as explicações e informações sobre o Plano Diretor já estão na *internet*. A partir de amanhã, estarão na *internet*. E, sobretudo, a equipe está à sua disposição.

O que vamos fazer? Qual o projeto para essa área? O que vocês querem? O que o governo está oferecendo?

Essa cidade está numa tamanha carência, está tão depauperada... São anos e anos de esvaziamento econômico, empresas foram embora do Rio de Janeiro, perdemos esses recursos e esses empregos. Imobilismo, desinteresse das pessoas, que não acreditam que algo possa acontecer.

Na verdade, estamos num processo de doença, doença, doença. Quando aparece alguma coisa boa, a primeira reação é dizer: “Não vai sair. Vamos esperar um ano, dois, três, cinco anos”.

Gente, não podemos esperar nada. Agora, fazemos questão que as reivindicações dessa população nobre que mora ali, que está ali há muito tempo, como o Vereador Paulo Messina mencionou, uma população que tem uma raiz popular extremamente importante para a identidade cultural desta Cidade. E isso a Câmara de Vereadores vai atender quantas vezes forem necessárias.

Agora, também não podemos esperar muito. Os jovens não podem esperar. Já estou numa faixa, e estou vendo que o hori-

zonte encurta. Eu não sei qual a faixa de idade de muitas pessoas aqui, mas os jovens, como foi dito aqui, querem solução para o problema, querem emprego e querem uma vocação para essa Cidade. Recuperar o Centro da Cidade é um alívio, porque estamos vendo que a área está morrendo, a população está indo embora, as empresas sumiram. É uma tristeza, uma desolação!

Então temos que fazer alguma coisa, temos que fazer juntos com vocês – não é sem vocês –, junto com vocês e da melhor maneira possível. Eu espero que o Felipe não tenha tanta pressa assim que não possa ouvi-los. Nós vamos ouvi-los na quinta-feira. E o que vocês disserem que seja normal, coerente, necessário, natural será contemplado nesse Plano – isso eu garanto a vocês –, e acho que o Felipe dirá a mesma coisa.

Eu tenho que esperar dois minutos para fazer a fala regimental – estamos invadindo o tempo. Eu não tenho pressa, nunca tive para ouvir as pessoas, para ouvir a população, seja de que segmento for. Eu ficaria aqui até muito mais tarde, se pudesse – não posso –, mas quero abrir a vocês o debate. Inclusive se houver grupos, com grupos centrados, porque muitas vezes existem segmentos que têm interesse especial em algum assunto especial, estamos aqui à disposição. Então, paramos dois minutos para cumprir o Regimento da Casa.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Passo a palavra ao Sr. Lafayette.

O SR. RICARDO LAFAYETTE – Senhora Vereadora, boa tarde! Sou da Assessoria do Vereador Carlos Caiado. Só queria fazer um registro, porque estou estudando essa questão da Zona Portuária desde a época da minha faculdade. Eu, como geógrafo, acho que posso dar uma mínima contribuição. Já tive a oportunidade de ver a apresentação do Secretário Sérgio Dias, lá no Compur. Acho que o projeto da Zona Portuária peca, particularmente, na questão do transporte público. Lamento um pouco a ausência do metrô nesse processo de revitalização da Zona Portuária.

A Prefeitura estuda, na fase 2, fazer a implantação do VLT – acho que isso vai na contramão das potencialidades da região. Acho que o VLT vai demandar a implantação de um novo tipo de material rodante, vai implantar a necessidade de aterrição de áreas para a colocação dos pátios dos trens, áreas de oficinas, vai necessitar, então, de um espaço dentro dessa região, onde o VLT será implantado.

Eu digo que vai na contramão, porque hoje já há, nesse polígono que compreende a área de revitalização do Porto Maravilha, pátios de oficinas e de manutenção, tanto do metrô, como também da SuperVia.

Acho que o PP, que está estudando o projeto, deveria conversar... Acho que a cidade tem um legado, feito pelos engenheiros

cariocas e fluminenses que implantam o Metrô do Rio de Janeiro, o Metrô que conhecemos hoje Linha 1 e Linha 2, na década de 70. Eles projetaram uma linha metroviária que atenderia a Zona Portuária. Infelizmente, nunca foi implantada, assim como outras linhas, mas foram projetadas, no passado, a Estação Santo Cristo, a Estação Gamboa – próxima à Cidade do Samba –, a Estação Saúde, na intercessão da Barão de Tefé com a Rodrigues Alves e a Estação da Praça Mauá.

Isso tudo deveria ser incorporado ao projeto do Porto, conversando, principalmente, com a estatal estadual, que ainda projeta o sistema metroviário da cidade e que, hoje, está construindo a Estação da Praça General Osório. Acho, então, que o PP deveria fazer esse *link* com a Rio-Trilhos, com a equipe técnica da Rio-Trilhos porque o projeto, particularmente, não tem uma característica... O modelo é dos anos 60, então, esse modelo é rodoviário. Demolir a Perimetral para construir outra avenida é manter esse modelo rodoviário. Acho que a opção metroviária é a melhor para somar nesse processo de revitalização do Porto.

Obrigado, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Obrigada. Passo a palavra ao Felipe de Faria Góes. De maneira breve, peço ao senhor que responda às perguntas, porque teremos outra Audiência Pública. Então, acho que as propostas mais ambiciosas, mais complexas poderemos transferir para outra oportunidade.

O SR. FELIPE FARIA GÓES – Muito obrigado. Primeiro em relação à colocação feita pela Andréa, do INT, ou seja, a necessidade de se gerar trabalho e emprego lá, agradeço a colocação. Acho que aí está, exatamente, alinhada com a nossa preocupação: atrair e gerar empregos naquela região.

Quanto à colocação do Sr. Conde Caldas em relação ao desenvolvimento do potencial turístico, acho que tem toda razão, pois é nossa preocupação também gerar emprego por meio do turismo naquela região. E a nossa expectativa é de desenvolvimento desse setor, se possível até com construção de hotéis, porque geram empregos naquela região. Estamos muito interessados em ouvir as propostas específicas ao redor desse tema, bem como a ideia do Centro Administrativo do Governo do Estado, com o qual podemos também conversar sobre essa ideia.

Quanto às colocações do Sr. Augusto Franco de apoio ao projeto e da oportunidade que o projeto representa, acho que isso vai em linha com a nossa visão da necessidade de realizar e revitalizar aquela área.

Quanto às colocações do Vereador Messina, primeiro em relação ao cronograma das Audiências Públicas, acho que o Debate, como foi colocado aqui diversas vezes, é importantíssimo, temos que seguir o Debate, temos que juntos sermos capazes de definir o quanto é necessário, até aonde vai o Debate, qual o momento

de se levar a votação – é uma discussão positiva para o projeto. Acho que todas as colocações e sugestões que foram feitas aqui devem ser colocadas no projeto e, sobretudo, incorporadas aos nossos desejos para aquela área.

A preocupação com as Docas, aqui colocada, é de todos. Eu diria não só em relação às Docas, mas também em relação aos outros proprietários naquela área, a União também é proprietária direta de vários imóveis. A nossa preocupação é que os imóveis sejam colocados no mercado, parte deles para desenvolvimento de empreendimentos residenciais, comerciais e parte deles para habitação de interesse social, quer dizer, habitação social para aqueles moradores que não têm, hoje, uma condição de moradia digna, e temos vários exemplos naquela região.

Ela descreveu a complexidade do problema que Docas tem na mão, e nós já sabíamos disso. Na realidade, é um problema complexo: você não consegue, por meio de um decreto, ou de um processo simplificado, simplesmente, dizer: “A partir de agora todos os terrenos de Docas estão oficialmente livres para gerar empreendimentos ou gerar habitação de interesse social”. Na realidade, muitos dos imóveis – eu diria a maioria pela descrição que ela fez e pelo que já estudei da matéria – depende da Justiça. São imóveis que têm pendências judiciais complexas, que estão há anos em discussão, muitos deles penhorados por ações trabalhistas e, portanto, têm todo um processo de liberação desses imóveis.

Por isso que volto a ressaltar a questão do tempo, quer dizer, eu queria deixar claro: não podemos ter a falsa expectativa de que do dia para a noite tudo mudará, tudo melhorará. Esse é um processo de longo prazo, longuíssimo prazo. Estamos iniciando isso agora. A expectativa é de fazer esses primeiros investimentos da Prefeitura; dar início a esse processo com a aprovação da lei, quando ela acontecer. Mas é muito tempo pela frente que a gente tem. O debate é importante; tem que ser aprofundado; mas queria deixar claro de que nós não devemos ter expectativas de que os imóveis de Docas, da União vão estar disponíveis nos próximos dois ou três meses.

Agora, o que eu posso, sim, aqui testemunhar é que tanto os representantes de Docas – o próprio presidente da Companhia Docas do Rio de Janeiro – quanto a representante da Secretaria de Patrimônio da União, no Rio de Janeiro, têm colaborado no projeto. Colaborado como? Eles estão montando o seu cadastro de imóveis, sabendo qual é a situação jurídica de cada um e estão sempre trabalhando com a Prefeitura, no sentido de dar o uso adequado para cada imóvel. Se cabe habitação de interesse social, será habitação de interesse social. Cabe um desenvolvimento imobiliário, a perspectiva é fazer um desenvolvimento imobiliário. A empresa SPE será utilizada onde for necessário. Em alguns casos, se Docas tiver uma capacidade de colocar esse imóvel disponível no mercado, para alguém que vá fazer um inves-

timento que é bom para a área, que é bom para os moradores, que é bom para a região, ela pode fazer, independentemente da SPE. Quer dizer, a empresa SPE, na realidade, pode facilitar o processo de dar liquidez, de dar viabilidade a esses terrenos. Mas não é que tudo tenha que passar por uma capitalização da empresa, via terrenos, para que haja essa liberação.

Em resumo, é um processo lento, difícil; estamos iniciando, e não vamos resolver tudo nos próximos meses. Mas a consciência, quero deixar claro, o projeto não depende – isso foi assim no mundo inteiro!” A gente viu outros casos, em outras cidades. Você não precisa ter toda a situação fundiária para começar. Você tem é que ir dando os passos e ir andando em paralelo. Você começa a melhorar a infraestrutura; aí, consegue liberar um ou dois terrenos; faz um projeto habitacional, depois faz outro; consegue fazer um projeto comercial. Isso tem que ir andando em paralelo, sempre o setor público avançando, mas obviamente contando com a ajuda do setor privado. Então, essa é a lógica.

Eu queria deixar claro que é assim que nós estamos pensando. Não tem como ser diferente. Infelizmente, não existe uma solução mágica para essa questão.

Sobre a solução de resgatar o projeto de ITI. Eu acho muito boa a sugestão. Acho que temos que discutir esse assunto aqui, Vereadora. Eu sei que a Vereadora defende o setor de tecnologia da informação. Também sei que o Vereador Messina é um defensor dos empregos nesta área, há muitos anos. Acho que precisamos, sim, voltar a discutir aquele projeto. No entendimento do Governo, esse é um setor absolutamente prioritário, e merece, sim, um debate; merece uma mobilização da sociedade, da Câmara Municipal ao redor desse tema, que é o setor de tecnologia da informação. E o fato de, hoje, nós termos aqui no Rio de Janeiro um nível de tributação superior a todas as grandes cidades vizinhas ao Rio; portanto, estamos perdendo empregos nesta área.

Sobre a questão cultural, que foi colocada, eu vou também dar a palavra para o meu colega, Subsecretário Washington Fajardo, para falar sobre essa questão. Sua preocupação, Vereador, que quero dizer, é a nossa preocupação. Quer dizer, nós não podemos passar por cima da questão cultural. Ao contrário, nós temos que investir nela. É por isso que já estamos contemplando alguns investimentos importantes nesse momento, como, por exemplo, de restaurar o Jardim do Valongo; a Casa da Guarda. E pretendemos, sim, apoiar as iniciativas culturais naquela região. Queremos, inclusive, para Prefeitura poder apoiar, no que for possível, como, por exemplo, no caso da Vizinha Faladeira, que tem falado sobre esse assunto.

Não sei se você quer complementar alguma coisa.

O SR. WASHINGTON MENEZES FAJARDO – A gente está falando de uma área da cidade que representa, de maneira con-

tundente, dois territórios muito distintos: um, histórico; outro, produzido, um aterro. A gente tem que ter muita clareza de que esses dois territórios – a partir do momento em que esse aterro foi criado –, eles estão como duas mãos, umbilicalmente interligados. Acho que a gente precisa interromper, de maneira contundente, uma visão romântica sobre os processos históricos e culturais envolvidos. É necessário termos, de maneira contundente, uma estratégia de desenvolvimento econômico. Porque essa estratégia faz com que esses dois territórios possam ir ao futuro. Se não, estamos falando sempre de uma estratégia que possa estabelecer uma série de ações para recuperação do Morro da Conceição, e dessa região, mas essa região está totalmente atrelada a um aterro que está num processo histórico de degradação acelerado. O que talvez... e eu acho que nessas próximas audiências teremos a oportunidade de deixar isso muito claro é de que esses processos estão juntos.

Não existe perspectiva futura para essa região se não nos dedicarmos a essa área que está num processo de abandono. Nesse sentido, quero falar que o patrimônio tem um pensamento estratégico para essa área. Essa estratégia está baseada em três dimensões. Uma dimensão simbólica, através de ações pontuais de alta visibilidade – reabilitação, restauro, funcionamento com equipamento cultural, por exemplo, do Palácio D. João VI. Isso é fundamental para trazer uma dinâmica de visibilidade à área. Associada a essa dimensão, uma atuação de patrimônio sinérgico, ou seja, uma atuação de patrimônio que alavanca e é contundente em processos de habitação, novas alternativas. Esse é um programa que ganhou muita velocidade, muita concretude a partir do “Minha casa, minha vida”. Então, essa é uma atuação de patrimônio que está vinculada com um processo fundamental. Outro que é o processo do patrimônio de formação, como eu disse antes. A partir do momento que se passa... da constituição de uma escola de reparo na área. A outra dimensão é a dimensão de uma atuação do patrimônio extensivo. Ou seja, uma estratégia, através de recursos, para que o montador da localidade possa recuperar sua moradia.

Essas três dimensões também precisam trabalhar juntas. Com que objetivo? Para que a gente possa manter na área caráter e originalidade. A gente não pode cometer o erro que algumas cidades européias cometeram de produzir centros museificados. Tem-se muita clareza disso. Tem-se muita clareza de que existe um território com uma habitabilidade frágil, que precisa ser protegida e desenvolvida; e um outro território que precisa ter uma nova vocação para o tempo futuro. Esses dois territórios precisam estar juntos; precisam ser pensados juntos. Não adianta a gente discutir isso de maneira independente.

Com relação, então, às atuações de Patrimônio Histórico e Cultural para a área, o planejamento estratégico do patrimônio está baseado nesse tripé: uma atuação simbólica, de alta visibili-

dade – isso é importante! –; uma atuação extensiva, onde os moradores das localidades possam ter recursos para recuperar suas moradias e, desse modo, permanecer na área; e uma outra dimensão importante, que é o Patrimônio Sinérgico, o patrimônio que promove a adequação e o patrimônio que promove também processo de envolvimento econômico, para que a gente possa ter, de maneira contundente, na área, oferta de renda e emprego. Essa é uma dimensão de patrimônio que acho que a gente precisa falar de uma maneira muito franca: precisamos, como sociedade, no Rio de Janeiro, interromper o elogio da ruína. Sempre nos referimos ao Largo da Prainha – Não tenham dúvida de que é um sítio histórico fantástico, e que existe uma cultura ali –, mas precisamos falar, com muita veemência e contudência, que é necessário verdadeiramente salvar o Largo da Prainha; é fazer com que possa ter vitalidade nesses edifícios. Não interessa a ninguém, a ninguém, nem à comunidade local, nem às gerações futuras, mantermos edifícios abandonados, em processo de ruína e degradação. O que chamo atenção é que existe uma estratégia do Executivo, hoje, que vai, infelizmente – esse é um ajuste fino, que às vezes é realmente difícil de ter feito –, mas existe uma estratégia, hoje, de um ajuste fino, onde é possível ocupar esses imóveis – repito –, trazendo habitação, trazendo novos processos econômicos, para que essa comunidade possa ser dignificada, referenciada e que possa permanecer no local.

Acho que isso está muito presente no projeto. Acho que em próximas deve-se deixar isso com muita clareza, importante, inclusive, Vereador, essa Audiência no local, para que comunidade possa realmente tomar posse desse processo. Mas o que chamo atenção é que essas complexidades ninguém aqui está dizendo que esse é um processo simples ou simplório; é um processo complexo. Mas essas complexidades estão tratadas tanto numa dimensão, repito, numa dimensão de respeito às características originais, para que a gente, num momento, crie um processo de perda de originalidade, esse é um sítio de arcabouço de nossa carioca; e outro que a gente possa também levar a essa região a uma situação de tempo futuro.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (ASPÁSIA CAMARGO) – Muito obrigada.

Acho que cabe, aqui, pelo que vimos, uma discussão, não agora, porque estamos com tempo esgotado, mas não deixar, também, morrer essa discussão sobre o patrimônio imaterial, sobre as formas de manifestação cultural, que predominam nesta área e que devem ser preservadas. Porque é lógico que quando fazemos um investimento maciço numa determinada região, existe toda uma interação, enfim, uma ameaça, também, que, mais ou menos, é previsível.

Então, eu gostaria muito de sugerir que esse problema cultural, esse mapeamento, que já foi feito no projeto, que ele pudesse ser um pouco aprofundado, até quinta-feira vamos ter mais oportunidade de falar sobre isso.

Agradeço muito a presença de todos; aos assessores que foram muito cuidadosos nas propostas, na organização da avaliação do projeto.

Quero chamar à atenção dos órgãos presentes aqui, da Prefeitura, para a questão do EIA-Rima, da questão ambiental, e da questão também do estudo de impacto de vizinhança. É um problema delicado que não podemos contornar de maneira alguma, e que poderá, obviamente, ser incorporado de uma maneira segura no Projeto do Porto Maravilha.

Muito obrigada a vocês.

Quem estiver aí com as ideias circulando, por favor, estamos à disposição para receber sugestões, avaliações. E vamos para a próxima, na quinta-feira.

Muito obrigada.

(Encerra-se a Audiência Pública às 14h36)

RELAÇÃO DOS PRESENTES

Marcio Secchin, Thiago Silveira, Marcelo Haddad, Roberta de Melo Valentim, Cíntia Rocha dos Santos, Andréa Lessa da Silva Costa, Diego da Costa Cardoso, Marcelo Silva da Fonseca, Maciel Silva dos Santos, Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, Isabel Cristina da Costa Cardoso, Adriana Barbosa Dantas, Bernadete Ballarin Bruni (Rio Ônibus), Clarissa Age (SMH), Samuel Escobar, Eliane Barbosa, George E. R. Ellis, Maria Ernestina Giba (SMU), Marcia Queiroz Bastos (SMU), Aline Amaral dos Reis (SMU), Gabriela Lopes Souza, Cíntia Silva Pereira, Lívia Fernanda Ribeiro Nunes, Vinícius Barbosa Lima, Rivera Lisandro Guanze, Mayara Freire, Janaina S. da Costa, Antonio Correia (SMU/CGE), Elisabete Kama, Ricardo D. Pontual, Gabriel Gomes, Francisco Gomes, Ana Luiza Nobre, Nicolas Baute, Diogo Tavares de Xerez, Carlos Alberto, Márcia Regina Martins Lima Dias, Patricia Felix Tassara, Claudia Alves de Oliveira, Geisa Guedes V. de Lima, Jane Sanhcci, (IPPUR / UFRJ), Spimentel (Movimento Nacional de Luta pela Moradia), Marcelo Pereira de Araújo, Vinicius Trindade, Karen Runo, Camilla Oliveira, José Conde Caldas, Solange Graça, Fernanda Sanchez (UFF), Jose Santana V dos Santos, Graciana Vianna Torres (EAU/UFF), Damião Braga (Comunidade da Pedra do Sal – Saúde), Ricardo Lafayette (Assessor do Vereador Carlo Caiado), Augusto Franco (Diretor-Geral da Firjan), George Ellis (Ideiasnet S.A), Eliane Barbosa (Diretora da Comp. Docas do RJ-SEP), Andréa Lessa (Instituto Nacional de Tecnologia), Jorge Conde Caldas (Vice-Presidente da Associação Comercial-RJ), Maciel Silva dos San-

tos (Associação de Moradores da Região da Gamboa), Matilde Alexandra (moradora do Bairro do Centro), Vereador Eliomar Coelho, Damião Braga (Quilombo Pedra do Sal-Saúde), Vereador Reimont, Vereador Paulo Messina.